



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



---

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO 2007 – 2016**

---

Novo Hamburgo, agosto de 2007.

## **SUMÁRIO**

<b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
-----------------------------	-----------

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

“Contribua para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente” “Doe sangue. Doe órgãos. SALVE UMA VIDA” “Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA. Informe-se pelo fone 0800.8832323”



2 – CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO .....	08
2.1 – Aspectos Históricos .....	08
2.2 – Aspectos Geográficos .....	09
2.3 – Aspectos Populacionais .....	12
2.4 – Aspectos Sócio-Econômicos .....	19
2.5 – Aspectos Sócio-Culturais .....	26
2.6 – Aspectos Desportivos .....	26
2.7 – Sistema Municipal de Ensino .....	27
2.7.1 – Conselho Municipal de Educação .....	29
2.7.2 – Secretaria Municipal de Educação e Desporto .....	29
2.7.3 – Rede de Ensino .....	30
3 – EDUCAÇÃO INFANTIL .....	36
3.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	36
3.2 – Diretrizes .....	42
3.3 – Objetivos e Metas .....	43
4 – ENSINO FUNDAMENTAL .....	46
4.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	46
4.2 – Diretrizes .....	50
4.3 – Objetivos e Metas .....	52
5 – ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	56
5.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	56
5.2 – Diretrizes .....	58
5.3 – Objetivos e Metas .....	59
6 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	62
6.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	62



6.2 – Diretrizes .....	67
6.3 – Objetivos e Metas .....	69
7 – EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	72
7.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	72
7.2 – Diretrizes .....	74
7.3 – Objetivos e Metas .....	76
8 – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....	79
8.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	79
8.2 – Diretrizes .....	81
8.3 – Objetivos e Metas .....	82
9 – FINANCIAMENTO E GESTÃO .....	84
9.1 – Caracterização e Diagnóstico .....	84
9.2 – Diretrizes .....	87
9.3 – Objetivos e Metas .....	89
10 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO.... .....	92
11 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	94
12 – ANEXOS .....	96



## **1 – INTRODUÇÃO**

O presente Plano Municipal de Educação é documento que abrange a educação básica da cidade de Novo Hamburgo. Resultado de ampla discussão que se estendeu por mais de um ano e meio, entre diferentes segmentos da comunidade hamburguesa, e tem em vista a garantia do desenvolvimento educacional e as necessidades diagnosticadas nessa área.

Os diferentes segmentos estiveram organizados em comissões temáticas que aprofundaram os aspectos do Plano, considerando as três redes de ensino da cidade (municipal, estadual e particular), para compor o documento geral. Os principais referenciais foram a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual de 1989, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo.

A elaboração ficou a cargo de uma comissão geral e seis comissões temáticas, quais sejam: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio e profissionalizante; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; profissionais da educação; financiamento e gestão. Cada comissão realizou estudo e análise com seus pares. Também foi realizada audiência pública para garantir maior participação da comunidade.

Conforme o Decreto 2.484/06 fizeram parte dessa construção as seguintes representações: Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Escolas de Educação Infantil; Escolas de Ensino Fundamental; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Secretaria Municipal de Planejamento; Conselho Municipal de Educação; 2º Coordenadoria Regional de Educação; Comissão de Educação da Câmara de Vereadores; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho de Alimentação Escolar; Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Centro Universitário Feevale; União



dos Estudantes de Novo Hamburgo; Escolas de Ensino Privado. O Decreto 2.869/07 substituiu representantes que não permaneceram participando dos encontros ao longo da construção. Além das representações nomeadas no referido decreto, outras engajaram-se na construção do Plano, participando nas comissões temáticas, como professores das escolas de formação, membros de entidades da sociedade civil, entre outros.

Cada nível e modalidade de ensino teve como balizador o diagnóstico da situação; a análise dos recursos disponíveis; a análise de alternativas e estratégias de otimização; as prioridades; e os compromissos de cada rede de ensino.

Outras ações foram de suma importância: o mapeamento das escolas no município, por rede; o levantamento da capacidade de atendimento em cada rede; o levantamento da demanda (dados demográficos); a compatibilização da oferta das redes estadual e municipal; o estabelecimento das metas para o período.

Como metodologia privilegiou-se uma abordagem que assumiu um enfoque qualitativo, não considerando apenas os aspectos mensuráveis, mas, cruzando as informações diagnosticadas, em termos de: *análise da oferta, análise da demanda e análise dos recursos disponíveis*. O cruzamento das informações também foi considerado na elaboração das metas de desempenho e gerenciais, conceituadas a seguir:

- *Metas de desempenho*: são aquelas associadas a resultados mensuráveis e relacionados com o desempenho quantitativo ou qualitativo do sistema de ensino.
- *Metas gerenciais*: são aquelas que estabelecem os meios para atingir resultados.

O desenvolvimento do plano envolveu primeiramente formação de uma comissão técnica responsável (Comissão Geral) e comissões temáticas. Foi estipulado um cronograma de ações e divulgada a proposta da construção do



plano. Foram distribuídas tarefas por níveis e modalidades de educação à luz do estudo da legislação e do campo teórico das políticas educacionais (AZEVEDO, 2001; ROMÃO, 1992, WITMANN, 1993).

Como ponto de partida buscou-se a análise dos aspectos educacionais (rede escolar, matrícula, índice de escolarização, adequação idade/série, evasão, reprovação, currículo, estrutura e operacionalização). Também serviu de base a realidade sócio-cultural e educacional de Novo Hamburgo, os aspectos históricos, geográficos, populacionais, sócio-econômicos, culturais e desportivos, os recursos humanos, materiais e equipamentos, a capacidade física e os recursos financeiros.

Para assegurar que o plano se efetive na prática, estabeleceram-se formas de avaliar e acompanhar os resultados no desenvolvimento do mesmo.

O documento reúne objetivos e metas para os próximos dez anos e está em consonância com a política nacional de educação. É de fundamental importância que a comunidade conheça o plano, tenha compartilhado de sua construção e que cada um assuma seu compromisso com as metas, bem como acompanhe a execução e avaliação das mesmas.



## **2 – CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO**

### **2.1 – Aspectos Históricos**

#### **As primeiras escolas comunitárias – “Gemeindeschule”**

Os imigrantes alemães, ao chegarem na localidade que viria a ser Novo Hamburgo, logo fundaram as primeiras escolas, pois, para este imigrante, a leitura e a escrita são de fundamental importância. Permitem que, no culto luterano, a pessoa alfabetizada possa cantar hinos de louvor e ler a Bíblia. Martinho Lutero, líder da Reforma Religiosa ocorrida no século XVI, já pregava que as pessoas cristãs não poderiam ser mantidas na ignorância em relação a sua salvação. Sugeriu que ao lado de cada igreja deveria haver uma escola. Assim, a história da educação na cidade está intimamente ligada ao valor dado à educação pelas pessoas que aqui se estabeleceram.

Não havia recursos para criação do número de estabelecimentos de ensino necessários para atender toda demanda dos filhos dos imigrantes, então, muitos colonos cediam compartimentos em suas residências para que fossem ministradas aulas. Como professores, atuavam imigrantes alemães mais instruídos da comunidade que, com boa vontade, superaram as dificuldades de falta de material didático. Os pais pagavam mensalmente pelo ensino de seus filhos.

As primeiras cartilhas foram escritas de próprio punho por professores como Rosenbruch e Carlos Schrater e eram vendidas aos pais dos alunos. Em 1832, surge a primeira cartilha feita em gráfica.

O ensino primário, em Hamburgo Velho, passou a atender uma demanda maior de alunos a partir de 1832, quando a comunidade evangélica construiu a primeira igreja, que também funcionava como escola. Esta primeira escola do



município atualmente chama-se Pindorama, sendo uma das unidades da Instituição Evangélica. Na época, a escola era vinculada a Igreja Evangélica Três Reis Magos. Em 1859, o senhor Carlos Lanzer, primeiro professor formado em curso de magistério, assumiu a direção da Escola Evangélica em Hamburgo Velho.

As primeiras escolas comunitárias católicas datam dos primeiros anos do Século XX. Em julho de 1900 foi fundada a Escola Normal Santa Catarina. Em março de 1914 foi fundado o Colégio São Jacó, que no ano seguinte passou para a direção dos Irmãos Maristas. As irmãs da Congregação de Santa Catarina fundaram a Escola Paroquial São Luis, em fevereiro de 1928 (PETRY, 1963).

### **O início do ensino público em Novo Hamburgo**

Com a Proclamação da Independência, surgiu a necessidade de elaborar a primeira constituição brasileira, promulgada em 1822. Esta constituição determinava que a educação seria uma tarefa do Estado e possibilitava que o ensino fosse ministrado para ambos os sexos. Com a 1ª Lei Geral da Instrução Primária de 1829, as províncias passaram a ter direito de regulamentar e promover a educação, porém os recursos eram escassos. Nesta época, as escolas particulares eram freqüentadas pela classe alta, sendo que escravos e negros livres estavam proibidos de freqüentar a escola. A obrigatoriedade do ensino para maiores de sete anos foi instituída em 1876.

Em 1883 já havia duas escolas públicas e na data da emancipação de Novo Hamburgo, dia 5 de abril de 1927, existiam sete escolas estaduais, uma municipal e seis escolas particulares, totalizando quatorze escolas que atendiam 924 alunos. Nos anos seguintes, foram construídas mais uma escola estadual, cinco escolas municipais e duas particulares. O atendimento contemplava 1477 alunos em 22 escolas.





Em 1941 a 2ª Região Escolar se instalou no município e abrangia os municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Taquara, Caí, Montenegro e São Francisco de Paula. Posteriormente a sede foi transferida para São Leopoldo.

Em 1960, foi criada a SEDEP (Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário) que visava eliminar o *déficit* escolar e proporcionar um melhor rendimento do ensino primário. Neste sentido, foram construídas 21 escolas em Novo Hamburgo, sendo que destas, cinco se localizavam em Lomba Grande. Além destes estabelecimentos, havia cursos das línguas alemã, inglesa e francesa.

### **As Redes de Ensino**

A Rede Municipal de Ensino é a maior da região do Vale do Rio dos Sinos, contando, segundo Censo Escolar 2006, com 56 escolas de Ensino Fundamental e 17 de Educação Infantil e em 2006 atendeu a 25.940 alunos. Observa-se que em 2007 a rede municipal é composta de 19 escolas de Educação Infantil.

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto passou a existir a partir do Decreto-Lei nº 31 de 27 de abril de 1945 e tinha a denominação de Instrução Pública. Em 1980, a Prefeitura reorganizou sua estrutura e, através da Lei Número 87, formou a Secretaria de Educação e Cultura. No início dos anos 1990, a Secretaria de Educação e Cultura passou a assumir o Desporto. Atualmente denomina-se Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Novo Hamburgo destaca-se pelo trabalho desenvolvido na área de Informática Educativa, sendo pioneiro na América Latina. Desde 1984, o CEPIC/NTE- Vale do Sinos (Centro de Preparação e Iniciação à Ciência da Informática/Núcleo de Tecnologia Educacional), vem desenvolvendo diversificadas ações, desde o atendimento a alunos, pais, professores e



comunidade em geral, até a capacitação de professores para outros municípios.

A partir de 1999, com a vinda de 27 laboratórios do Proinfo, todos os alunos das escolas contempladas começaram a ser atendidos em seu horário de aula, com a participação do professor, o que exigiu deste um maior conhecimento, tanto quanto à questão técnica, quanto à discussão da metodologia. Em 2006 dez novos laboratórios foram montados com equipamentos atualizados. Atualmente, o CEPIC/NTE Vale dos Sinos está com 81 escolas vinculadas, desta região geográfica. Dentro do município de Novo Hamburgo, os Laboratórios de Informática Educativa passaram a ser denominados de "Espaços Informatizados" levando em consideração uma proposta pedagógica de Projetos de Aprendizagem.

A Rede Estadual está vinculada à 2ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede em São Leopoldo. O Censo Escolar 2006 aponta 28 escolas estaduais no município, atendendo 21.808 alunos.

A Rede Particular, iniciada a partir da mobilização da comunidade evangélica, teve reforços com a mobilização da comunidade católica através das escolas Santa Catarina, São Jacó e Pio XII. Conforme Censo Escolar 2006, a Rede Particular é composta de 21 estabelecimentos de ensino, atendendo 13743 alunos.

## **2.2 – Aspectos Geográficos**

Localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o município de Novo Hamburgo está há 40 km de distância de Porto Alegre, capital do Estado.



Situado no Vale dos Sinos, ocupa uma área de 222,35 km<sup>1</sup> e tem uma população de aproximadamente 258.000 habitantes.

Com localização privilegiada - Latitude Sul 29° 45' 00'' e Longitude Oeste 51° 00' 00'' – Novo Hamburgo está no centro geográfico do Mercosul, um importante mercado mundial. Localiza-se a uma distância de 1.107 km de Buenos Aires, 930 km de Montevideu, 1.277 km de Assunção, 2.440 km de Santiago, 1.149 km de São Paulo e 1.593 km do Rio de Janeiro. Novo Hamburgo faz limite com os seguintes municípios: Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha Gravataí, Ivoti, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara. Suas principais vias de acesso são as Rodovias BR 116, RS 239 e a Estrada da Integração, que interliga a cidade de Novo Hamburgo à área rural de Lomba Grande.

Às margens do Rio dos Sinos, já em seu curso final e simultaneamente ao pé da Serra Geral, o município apresenta um relevo variado, apresentando coxilhas e várzeas. A altitude máxima do município é de 345,5 metros, no Morro Dois Irmãos e a mínima é de 7,5 metros, no banhado do Rio dos Sinos.

Situado em região subtropical e em áreas baixas, Novo Hamburgo tem seu clima predominantemente quente e úmido. Ocorrem dias de frio intenso no inverno, quando o estado é invadido por frentes glaciais. Sua temperatura média anual permanece em torno de 19°C.

## **2.3 – Aspectos Populacionais**

Novo Hamburgo tem uma população de 258.285 habitantes, sendo 254.750 moradores de zona urbana e 4.204 moradores da zona rural. É uma população bastante heterogênea, com representantes das mais variadas etnias

<sup>1</sup> O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, A. A. Borges de Medeiros no Palácio do Governo, em Porto Alegre, na data de 5 de abril de 1927, através do Decreto Municipal Nº 3.818, de 05/04/1927, denominado de “O DECRETO DE OURO”, criou o Município de Novo Hamburgo, com o território do 2º Distrito de São Leopoldo. Em 13 de outubro de 1998, a Lei Municipal nº 108 autorizou o Poder Executivo Municipal a receber a doação de duas áreas de terra que pertenciam ao município de São Leopoldo, localizadas no bairro Boa Saúde.



por força da busca por trabalho no pólo coureiro-calçadista e com alguma predominância da etnia alemã. A faixa etária de 20 a 49 anos é a que concentra a maior parte da população de Novo Hamburgo, com 47,41%. A população masculina é de 126.782 habitantes e a população feminina de 131.972 habitantes. A taxa de alfabetização é de 95,4% (Fonte: Estimativa Populacional DATASUS/2006).

**Tabela 1: idade da população de Novo Hamburgo – 2000**

<b>IDADE</b>	<b>Nº DE HABITANTES</b>
0 a 3 anos	16.904
4 anos	4.438
5 e 6 anos	8.687
7 a 9 anos	13.012
10 a 14 anos	21.640
15 a 17 anos	13.436
18 a 19 anos	8.659
20 a 24 anos	20.615
25 a 29 anos	18.931
30 a 39 anos	41.465
40 a 49 anos	30.968
50 a 59 anos	18.740
60 a 64 anos	6.487
65 a 69 anos	4.594
70 a 74 anos	3.474
75 a 79 anos	2.361
80 anos e mais	1.782

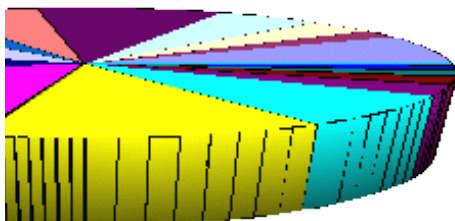
Fonte: IBGE, resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

OBS: Total de Pessoas Residentes pelo Censo 2000: 236.193 habitantes.



**Figura 1: População de Novo Hamburgo**



Em 2000, com uma população de 0 a 3 anos de 16.904, eram atendidos em creches públicas e privadas, 393 crianças, correspondendo a 2,32% do total. Na faixa de pré-escola, que abrangia 4 a 6 anos, encontravam-se 13.125 crianças e, eram atendidas 5.972 nas redes pública e privada, correspondendo a 45,50% do total (Fonte: MEC/INEP/SEEC – Censo Escolar 2000).

Em 2006, o total de crianças atendidas na Educação Infantil foi de 3.721. Foram atendidas 989 crianças de zero a três anos, distribuídas da seguinte forma: nenhuma na rede estadual, 776 na rede municipal e 213 na rede privada. Na pré-escola, foram atendidas 2732 crianças, sendo que destas, 310 no estado, 1892 no município e 530 na rede privada.

**Tabela 2: evolução da população em Novo Hamburgo, de 1940 a 2006**

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO	%
1940	19.251	-	-
1950	29.447	10.196	34,62

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



1960	53.916	24.469	45,38
1970	85.364	31.448	36,84
1980	136.494	51.130	37,46
1991	205.668	69.174	33,63
1996	226.070	20.402	9,03
2000	236.193	10.123	4,29
2001	239.790	3.597	1,50
2002	242.616	2.826	1,16
2003	245.597	2.981	1,21
2004	251.854	6.257	2,48
2005	255.317	3.463	1,36
2006	258.754	3.437	1,33
Total	-	239.503	210,29%

Fonte: - Censos Demográficos IBGE (1940 a 2000)

- Estimativas Populacionais IBGE (2001 a 2005)

- Estimativa Populacional DATASUS (2006). Elaboração: AID

Quanto ao crescimento populacional, evidencia-se que no período de 1950 a 1991, este foi de 33,63% a cada 10 anos; a partir de 1991, constata-se uma diminuição acentuada no crescimento, sendo de 14,82% de 1991 a 2001, e mantendo-se em torno de 1,5% a cada ano.

**Tabela 3: estimativa de migração no período 2000 a 2005**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>HABITANTES</b>
População 2000	236.193
Nascidos 2000+2001+2002+2003	14.486
Óbitos 2000+2001+2002+2003	5.442
Nascidos 2004 + 2005 (por média)	7.243
Óbitos 2004 + 2005 (por média)	2.721

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

**14**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Pop 2000 + Nascidos – Óbitos	249.759
Estimativa Pop 2005	255.317
Possível Migração	5.558
Possível Migração/Pop 2005	2,18%

Fonte: Censo Demográfico 2000 *apud* Ipeadata - Estimativa Populacional 2005 -IBGE

Nascidos e Óbitos – DATASUS. Elaboração: AID

A renda per capita da população de Novo Hamburgo, no ano de 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (*apud* Ipeadata), com elaboração da AID (Associação Internacional de Desenvolvimento), foi de R\$ 390,947, sendo R\$ 313,121 em 1991.

**Tabela 4: população de Novo Hamburgo segundo a faixa etária – 2006**

FAIXA ETÁRIA	HABITANTES	%
Menor de 1 ano	4.779	1,85
1 a 4 anos	18.602	7,19
5 a 9 anos	23.772	9,19
10 a 14 anos	23.707	9,16
15 a 19 anos	24.205	9,35
20 a 29 anos	43.323	16,74
30 a 39 anos	45.426	17,55
40 a 49 anos	33.926	13,12
50 a 59 anos	20.530	7,93
60 a 69 anos	12.140	4,70
70 a 79 anos	6.232	2,40
80 anos e mais	2.112	0,82
Total	258.754	100%

Fonte: Estimativa Populacional DATASUS (2006). Elaboração AID.





Segundo a estimativa dos estudos do Ipeadata (2000), a esperança de vida ao nascer, em anos, para o Rio Grande do Sul é de 72,128. Em 1970 era de 56,12; em 1980 era de 61,16 e, em 1991 era de 68,755.

Em 2000, de um total de 258.754 habitantes, segundo o Censo Demográfico (*apud* Ipeadata) e população rural era de 4.204.

**Tabela 5: escolarização da população – 2000**

<b>ESPECIFICAÇÃO: IDADE E ANOS DE ESTUDOS</b>	<b>Nº DE HABITANTES</b>
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7.685 (3,32%)
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 1 a 3 anos de estudo	26.244
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 4 a 7 anos de estudo	84.898
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 8 a 10 anos de estudo	33.323 (14,10%)
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 11 a 14 anos de estudo	31.662
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 15 anos ou mais de estudo	7.856

Fonte: IBGE, resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

OBS: Total de Pessoas Residentes pelo Censo 2000: 236.193 habitantes.

Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 193.192 habitantes.





Conforme os dados apresentados na tabela 5, podemos afirmar que a maior parcela da população residente em Novo Hamburgo estudou de 4 a 7 anos, ou seja, não concluiu o Ensino Fundamental. Somente 14,10% obtiveram a conclusão desta modalidade de ensino e apenas 3,32% da população chega a ingressar no ensino superior.

**Tabela 6 – Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino -atendimentos de 2000 a 2006**

Ano	Número de Alunos Atendidos		
	AJA – Anos iniciais	EJA – Anos finais	Total
2000	86	302	<b>388</b>
2001	64	93	<b>157</b>
2002	180	196	<b>376</b>
2003	381	84	<b>465</b>
2004	361	71	<b>432</b>
2005	536	161	<b>697</b>
2006	796	470	<b>1266</b>
<b>Total</b>	<b>2404</b>	<b>1377</b>	<b>3781</b>

O ano de 2000, conforme tabela 5, registrou 7.685 pessoas não alfabetizadas no município. Mas há necessidade de se realizar um novo levantamento quanto aos dados relacionados ao analfabetismo entre adultos, pois com os programas de apoio para a Educação de Jovens e Adultos, junto a parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, vem ocorrendo a ampliação no atendimento nesta modalidade.

Diante da tabela 6, observa-se que foram atendidos em torno de 2,4 mil pessoas até o ano de 2006, promovendo assim, um decréscimo importante no índice de adultos analfabetos, que foi de 31,28%. Desse modo, considerando os alfabetizados através da Rede Municipal de Ensino, cairia o número de não-alfabetizados para 5.281.



## **2.4 – Aspectos Sócio-Econômicos**

### **Origem e evolução**

O núcleo urbano de Novo Hamburgo teve início na primeira metade do século XIX, a partir da colonização germânica de nosso Estado. Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Brasil em 1824, desembarcando em São Leopoldo. Logo se espalharam por várias regiões do Vale do Rio dos Sinos, surgindo um núcleo em Hamburger Berg, hoje o bairro de Hamburgo Velho, que deu origem à cidade de Novo Hamburgo. Várias casas comerciais surgiram nas proximidades e para o local convergiu a vida social dos colonos.

Em 1832, os imigrantes fundaram sua comunidade de culto evangélico e, por volta de 1850, surgiram os primeiros curtumes, as selarias e as oficinas dos sapateiros, que abasteciam a província gaúcha com seus produtos artesanais. O progresso chegou definitivamente com a abertura de uma estrada de ferro, que acabou atraindo para as proximidades de sua estação, o centro comercial do povoado. A industrialização dos manufaturados de couro entrou na vida da comunidade a partir do final do século passado. A eletricidade para mover motores colaborou para impulsionar o progresso social, cultural e político da região.

### **Setores industriais**

A economia de Novo Hamburgo teve grande impulso com a indústria do calçado. Em função disso, surgiu o chamado setor coureiro-calçadista, composto por curtumes, indústrias químicas, componentes para calçados, indústria metalúrgica e componentes eletrônicos. Atualmente é reconhecida como a Capital Nacional do Calçado. Destaca-se ainda o setor plástico e o



metal-mecânico que começam a ocupar uma fatia cada vez maior na economia do Município.

Hoje Novo Hamburgo começa a viver uma fase de diversificação industrial. A implantação de novas indústrias recebe incentivos fiscais, facilitando sua instalação e abrindo um leque de atividades. O Município já conta com indústrias de farmácia, cosméticos, móveis, carrocerias, alimentos, eletrodomésticos, vestuário, gráficas de última geração, informática, química, construção civil entre outras.

A atividade industrial e comercial conta com a cobertura da Associação Comercial, Industrial e de Serviços - ACI-NH e Câmara de Diretores Lojistas – CDL, entidades com participação efetiva junto aos governos estadual e federal.

### **Exportação**

O calçado é o principal produto de exportação de Novo Hamburgo, atividade que vem crescendo gradativamente com um diferencial expressivo: maior valor agregado, o que significa maior qualificação por par exportado. Cerca de 80% das exportações brasileiras de calçado saem do Rio Grande do Sul, sendo Novo Hamburgo o centro dessas operações. Devido a sua vocação calçadista, Novo Hamburgo desenvolveu a mais completa infra-estrutura para produção, comercialização e exportação de calçados, tendo hoje a maior movimentação de *containers* do Brasil.

### **Comércio e serviços**

Novo Hamburgo destaca-se como o maior pólo comercial do Vale dos Sinos e tem no setor de serviços, uma de suas principais atividades econômicas. Possui uma atividade comercial com 5.581 estabelecimentos. As principais redes de lojas do Estado estão aqui instaladas.



Conta com um *shopping center* com cerca de 135 lojas e um diversificado mix de produtos. A variedade de empresas atuando na área de serviços também é grande, atingindo o expressivo número de 7.739. Para atender com eficácia as exigências do comércio internacional, existem em Novo Hamburgo serviços de apoio tais como agentes de carga, despachantes, corretoras, transportadoras, escritórios de empresas de navegação, agentes de exportação, exportadoras e *tradings*, com a presença de importantes bancos.

### **Transportes, comunicação e energia**

Novo Hamburgo conta com mais de 20 terminais de *containers* e cerca de 40 despachantes aduaneiros. A importação e exportação se processa através do Aeroporto Internacional Salgado Filho de Porto Alegre, distante 40 km de Novo Hamburgo e do Porto de Rio Grande, distante 356 km. A principal rodovia que liga Novo Hamburgo aos outros estados do Brasil é a estrada federal BR 116. Mais de 50 empresas de carga nacional e internacional atuam no Município e 10 empresas de transporte coletivo ligam Novo Hamburgo à capital, interior e outros estados. Atualmente a Cidade dispõe de dois helipontos, permitindo um deslocamento até a capital em no máximo 10 minutos. Em relação aos meios de comunicação, Novo Hamburgo possui um dos maiores complexos jornalísticos do sul do Brasil. Novo Hamburgo faz parte do Sistema Metropolitano de Energia e Telecomunicações, sendo que sua demanda é bem suprida tanto em energia como em comunicação.

### **Saneamento básico**

A zona urbana de Novo Hamburgo tem, atualmente, mais de 95% de sua área atendida por rede de água tratada, abastecendo ainda cidades vizinhas. Devido à precariedade do sistema de abastecimento no passado,



houve um grande incremento na quantidade de poços na cidade, atingindo atualmente cerca de 10.000 unidades.

Com relação ao esgotamento sanitário, existe uma grande carência, sendo que 2% do esgoto gerado são coletados e tratados. No que tange ao esgoto pluvial, as redes estão bem dimensionadas e distribuídas. O item saneamento básico constitui um esforço especial do Município em sua ampliação e aperfeiçoamento.

## **Saúde**

O perfil comunitário de Novo Hamburgo é reforçado através do setor de saúde, que se encaminha para a municipalização. Para tanto, dispõe de uma rede básica voltada à saúde, composta por Hospital Municipal de Novo Hamburgo, Departamento de Saúde Mental, Unidades Básicas de Saúde, Departamentos de Ações em Saúde, incluindo-se Vigilância Sanitária e Epidemiológica, o Departamento de Informações em Saúde, além do Laboratório Público e da Farmácia Comunitária. A prefeitura municipal possui 15 postos de saúde, 02 unidades volantes, 01 laboratório público e a Casa de Saúde Mental. A Secretaria de Saúde e Meio Ambiente possui o Centro de Saúde e o PAM do antigo INAMPS. Respeitando-se normativas da Organização Mundial de Saúde, as ações são organizadas em quatro níveis: prevenção, promoção, reabilitação e o aspecto curativo.

No setor privado, possui três hospitais equipados com avançada tecnologia médico-hospitalar, inúmeras clínicas especializadas e empresas de saúde que oferecem cobertura médico-hospitalar familiar e empresarial.

## **Ação social**

Novo Hamburgo organiza ações que buscam atender sua população carente ou em situação de risco. Mantém atualmente Casas Lares para

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340 21  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)



crianças e adolescentes, Núcleos de Extra-Classe, Albergue Municipal, Casa de Passagem, Centro de Atendimento ao Idoso e à Gestante Carente, além de convênios com outros recursos da comunidade. Conta com dois Conselhos Tutelares atendendo duas regiões diferentes da cidade e possui diversos conselhos municipais que abrangem as áreas da educação, saúde, cultura, desporto, assistência social, entre outros. Existem diversas associações de bairro, ONGs e outras entidades no município.

### **Turismo**

Quanto aos aspectos turísticos destacam-se como principais pontos de atração turística o Museu Casa Schmitt-Presser, a Fundação Scheffel - Museu de Arte, o Parque Floresta Imperial, o Parcão, o bairro ecológico e rural Lomba Grande, a Catedral Basílica São Luiz, a Igreja da Ascensão, a Fenac, o Monumento ao Sapateiro, o OK Center e o Centro Hípico de Lomba Grande.

Em Novo Hamburgo promove-se anualmente uma das mais importantes feiras do setor calçadista: a FENAC - Feira Internacional de Calçados. O evento vem sendo realizado desde 1961 e contribuiu para projetar a cidade internacionalmente.

O parque de exposições da Fenac S/A conta com 10 pavilhões climatizados, construídos numa área de 29.597 m<sup>2</sup>, salão de convenções e palestras, restaurante Panorâmico, lancherias, hotel e quadras de tênis.

### **Renda per capita**

**Tabela 7: renda per capita mensal da população de Novo Hamburgo de pessoas com 10 anos ou mais de idade – 2000**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nº DE HABITANTES</b>
Sem rendimento ou não informado	<b>59.076</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Até um salário mínimo	<b>21.003</b>
De 1 a 2 salários mínimos	<b>40.744</b>
De 2 a 3 salários mínimos	<b>21.395</b>
De 3 a 5 salários mínimos	<b>21.022</b>
De 5 a 10 salários mínimos	<b>18.783</b>
De 10 a 20 salários mínimos	<b>7.601</b>
Mais de 20 salários mínimos	<b>3.527</b>
Pessoas com rendimento	<b>134.076</b>
Homens com rendimento	<b>72.919</b>
Mulheres com rendimento	<b>61.157</b>

Fonte: IBGE, resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

OBS: Total de Pessoas Residentes pelo Censo 2000: 236.193 habitantes.

Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – 193.192 habitantes

Em relação a renda *per capita* mensal da população, pode-se evidenciar que 142 mil habitantes de Novo Hamburgo recebem até 3 salários mínimos, sendo que 41% destes não possuem rendimento formal. Este dado indica a faixa da população que é potencialmente usuária das políticas públicas na cidade como educação e programas sociais.

### Tabela 8: média de rendimento mensal – 2000

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>MÉDIA MENSAL EM REAIS</b>
Rendimento médio mensal	688.98
Rendimento médio dos homens	842.58
Rendimento médio das mulheres	505.82

Fonte: IBGE, resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

## 2.5 – Aspectos Sócio-Culturais

Novo Hamburgo obteve, historicamente, incentivos na educação, saúde e trabalho. Fortemente marcada pelo espírito comunitário, a população de Novo

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

23





Hamburgo participa ativamente em espaços e entidades de caráter comunitário, como Conselhos de Desenvolvimento da Cidade, Clubes de Serviços, Liga Feminina de Combate ao Câncer, Associação de Deficientes Físicos, entre outras atividades.

A história de Novo Hamburgo encontra-se preservada através da memória de seus cidadãos e também do patrimônio edificado, reunido em sua maior parte no núcleo histórico de Hamburgo Velho. É também neste bairro que se localiza o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser. Outra característica importante do cenário cultural da cidade é a presença marcante da participação comunitária através dos meios de comunicação, contando com diversas rádios, revistas e jornal diário.

A cultura foi muito valorizada pelos descendentes de imigrantes alemães, que fundaram clubes de práticas desportivas como a ginástica, o tiro ao alvo, o bolão, entre outras modalidades. Associações foram criadas para a prática do canto coral e juntamente com as Igrejas, praças e outros locais, foram espaços de sociabilidade da cidade. Atualmente, os clubes, sociedades, cinemas, galerias de arte, museus, Arquivo Público, Biblioteca Municipal, Teatro Paschoal Carlos Magno, bem como atividades artísticas como a dança, o teatro e os corais, compõem o cenário de atrativos culturais da cidade.

## **2.6 – Aspectos Desportivos**

O município de Novo Hamburgo construiu, historicamente, uma identidade ligada ao esporte. O tiro ao alvo foi um dos primeiros esportes praticados pelos alemães que se instalaram nas localidades de Novo Hamburgo e em Hamburgerg Berg, hoje bairro Hamburgo Velho. Essa tradição é mantida até hoje no município. A ginástica também foi um esporte que atraiu muitos adeptos, assim como o atletismo. A Sociedade Ginástica Novo Hamburgo ganhou destaque na prática da ginástica, tanto que da modalidade surgiu o nome do próprio clube.





Já na década de 1940, os clubes de futebol tiveram crescimento significativo, embora o Esporte Clube Novo Hamburgo tenha sido criado em 1911 e o Esperança de Hamburgo Velho, em 1914. Algum tempo decorreu até que se tornassem mais populares.

Ao ar livre também eram procurados esportes como punhobol e o tênis, com variedade de quadras à disposição. Estas duas modalidades projetaram o nome do município em termos esportivos. O punhobol hamburguense, por exemplo, conquistou três títulos mundiais (1975, 1982 e 2001). A natação surgiu na cidade quando os clubes inauguraram suas piscinas, no final da década de 50 e início dos anos 60.

Nas décadas seguintes, até os dias atuais, Novo Hamburgo também se destacou no atletismo, vôlei (com título nacional marcante na história do Município), handebol, bicicross, automobilismo, vôo livre, skate, motocross, hipismo, enduro e surfe, entre outras modalidades.

Novo Hamburgo vem investindo em projetos especiais desde 1985, com diversas atividades físicas como judô, natação, ballet, tênis, ginástica olímpica, futebol, basquete, handebol, voleibol e futsal, atendendo em turno oposto às aulas regulares.

O esporte tem promovido o Município em nível nacional e internacional. Os clubes sociais e esportivos, além de incentivarem o lazer, vida social e formação de atletas, conquistaram importantes títulos esportivos.

## **2.7 – Sistema Municipal de Ensino**

O Sistema Municipal de Ensino é um conjunto de partes ou elementos distintos, mas interdependentes (escolas, prédios, equipamentos, bibliotecas, laboratórios, alunos, professores, funcionários, equipe diretiva, currículos, conteúdos, metodologia, avaliação, órgãos administrativos e normativos em nível municipal) que interagem intencionalmente em torno de objetivos

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340

Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)



comuns (produção do conhecimento, pensamento crítico e autônomo, desenvolvimento da qualidade de vida, dignidade e cidadania), em constante interação com o meio em que se inserem, abrangendo comunidade local, governo, suas políticas e planos na instância municipal.

A Constituição Federal, em seu Artigo 211, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em regime de colaboração, instituirão seus sistemas de ensino, observando princípios como a autonomia na criação dos seus respectivos sistemas de ensino. Assim sendo, criar o Sistema significa poder tomar decisões e estabelecer políticas educacionais próprias.

A Carta Magna em seu Artigo 1º, define: “*A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito*”, situando o município num novo espaço de poder, não sendo mais um mero executor de decisões tomadas em instância superior. Ele se tornou um criador de políticas públicas e possui autonomia, inclusive em matéria educacional.

A Lei Federal Nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentou as atribuições dos Sistemas Municipais, e não deixa margem a dúvidas quanto à possibilidade de funcionamento pleno e imediato do Sistema Municipal de Ensino.

O Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, juntamente com o Conselho Municipal de Educação e demais instituições envolvidas, após vários estudos e reuniões, optaram por implantar o Sistema Municipal de Ensino, pois este constitui-se, hoje, num instrumento de fortalecimento do município, descentralizando o poder público.

Em 19 de dezembro de 2005, o legislativo municipal aprovou a Lei Municipal Nº 1.353, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo, tendo como objetivo a educação escolar que se desenvolve, por meio de ensino, em instituições do Poder Público Municipal, órgãos municipais



de educação e as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, sendo o Conselho Municipal de Educação o órgão normativo, deliberativo e propositivo do ensino municipal, conforme a legislação educacional vigente.

### **2.7.1 – Conselho Municipal de Educação**

O Conselho Municipal de Educação - CME, criado em 05 de maio de 1958, é o mais antigo Conselho Municipal do Brasil. Existindo muito antes da promulgação da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual institui e define o Sistema Municipal de Ensino. A instituição do Sistema Municipal de Ensino reestruturou o CME e, por força da Lei Municipal nº 1358 de 28 de dezembro de 2005, novas atribuições lhe foram acrescentadas.

O CME é constituído por 15 (quinze) membros, nomeados por decreto pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas com formação superior de reconhecida ética profissional, conhecimento e experiência em matéria de educação, residentes no Município. O que compete ao Conselho está descrito no Artigo 13 da Lei Municipal nº 1.358/2005.

### **2.7. 2 – Secretaria Municipal de Educação e Desporto**

A Secretaria de Educação e Desporto de Novo Hamburgo concebe a escola inserida em um contexto local e universal, assim como a educação como um processo permanente de desenvolvimento e de aprendizagem, na busca por compreender os processos educativos articulados com o campo sociocultural do educando e das escolas. Nessa concepção, as práticas escolares resultam de processos sociais e culturais em que entram em jogo mecanismos complexos que constituem as práticas sociais. Nesse sentido, tais práticas focalizam a dinâmica social da comunidade escolar, possibilitando um olhar multidisciplinar para os processos e para os sujeitos.



Reconhecendo que o processo educacional não ocorre somente nas instituições de ensino, e destacando a complexidade do trabalho educacional no mundo contemporâneo, considera-se que a escola promove a articulação dos conhecimentos e saberes. Ao mesmo tempo, constitui-se como espaço que promove a ressignificação dos sentidos que vão constituindo os sujeitos nos mais diferentes espaços pedagógicos, sem perder o foco na função precípua da escola que é o ensino-aprendizagem.

A organização curricular pauta-se no Ensino Fundamental de Nove anos e tem a nomenclatura correspondente do primeiro ao nono ano. O município encontra-se no período de transição do currículo de oito anos para o currículo de nove anos que iniciou em 2006. O aluno matriculado no Ensino Fundamental de oito anos tem a garantia de obter a terminalidade do Ensino Fundamental pelo regimento escolar e o plano de estudos respectivos.

A Secretaria de Educação e Desporto é mantenedora, em 2007, de 56 escolas de Ensino Fundamental e de 19 escolas de Educação Infantil. Além das escolas, a SMED mantém sete espaços educacionais, nos quais são oferecidas atividades educacionais de forma complementar ou mesmo suplementar.

O índice de repetência em 2006 foi de 10.9% e evasão 2.37%, sendo 1.60% no Ensino Fundamental e 10,81 na Educação Infantil.

Os recursos humanos concursados da rede municipal de ensino são compostos, segundo dados de abril de 2007, de 1.280 professores, 200 serviços gerais, 46 recreacionistas e 42 secretários de escola.

### **2.7.3 – Rede de Ensino**

A rede escolar de ensino compreende instituições educacionais mantidas pela iniciativa privada, pelo Poder Público municipal, estadual e federal, que atende a educação básica e universitária no município. O Censo Escolar registrou, em 2006, na iniciativa privada, 21 escolas; na rede estadual 28 escolas; na rede municipal, 75 escolas e um Centro Universitário.



No ano de 2006 a rede de ensino, no município, matriculou 60.689 alunos na educação básica. A Rede Municipal de Ensino, em seu histórico, destaca-se pelo crescimento, não apenas quantitativo, mas também qualitativo, devido aos avanços tanto nas propostas desenvolvidas de cunho pedagógico, quanto de valorização e formação de professores.

**Tabela 9 – relação das escolas do município em 2006**

<b>Relação das Escolas do Município – 2006</b>
<b>Rede Estadual</b>
Col Estadual 25 De Julho
Col Estadual Senador Alberto Pasqualini
Col Estadual Eng Ignácio Plangg
Esc Est Ensino Fundamental Carlos Armando Koch
Esc Est Ens Fun Antônio Vieira
Esc Est Ens Fun João Ribeiro
Esc Est Ens Fun Leopoldo Petry
Instituto Estadual Madre Benícia
Esc Est Ens Fun Maria das Neves Petry
Esc Est Ens Fun Otávio Rosa
Esc Est Ens Fun Pedro Adams Filho
Esc Est Ens Fun Prof Alfredo Clemente Pinto
Esc Est Ens Fun Prof Luiza Teixeira Lauffer
Esc Est Ens Médio Dom Pedro II
Esc Est Ens Fun Prof Frederica S Pacheco
Esc Est Ens Fun Ayrton Senna do Brasil
Esc Est Ens Fun Osvaldo Aranha
Esc Est Ens Médio Antônio Borges de Medeiros
Col Estadual Vila Becker
Col Estadual Dr Wolfram Metzler
Ins Estadual Seno Frederico Ludwig



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Esc Est Esp Keli Meise Machado
Esc Est Ens Fun No Bairro Santo Afonso
Esc Est Ens Fun Antônio Conselheiro
Esc Est Ens Fun Alvinho Henrique Weber
Esc Est Ens Fun Kurt Walzer
Esc Est Ens Fun No Bairro Boa Saúde
Esc Est Ens Fun junto ao Fase NH
<b>Rede Municipal</b>
EMEF Ana Néri
EMEF Anita Garibaldi
EMEF Bento Gonçalves
EMEF Caldas Júnior
EMEF Castro Alves
EMEF Cel Guilherme G Neto
EMEF Conde D'Eu
EMEF Dr Jacob K Neto
EMEF Francisca F Pereira Saile
EMEF Imperatriz Leopoldina
EMEF João Baptista Jaeger
EMEF Jorge Ewaldo Koch
EMEF José de Anchieta
EMEF Marcos Moog
EMEF Padre Reus
EMEF Pres Affonso Penna
EMEF Pres Campos Salles
EMEF Pres Deodoro da Fonseca
EMEF Pres Floriano Peixoto
EMEF Pres Hermes da Fonseca
EMEF Pres Nilo Peçanha
EMEF Pres Washington Luiz
EMEF Pres Getúlio Vargas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



EMEF Pres Prudente de Moraes
EMEF Pres Rodrigues Alves
EMEF Elvira B Grin
EMEF Samuel Dietschi
EMEF São Jacó
EMEF São João
EMEF Sen Salgado Filho
EMEF Tiradentes
EMEF Prof Adolfina J M Diefenthaeler
EMEF Pres Castelo Branco
EMEF Monteiro Lobato
EMEF Prof Zozina S De Oliveira
EMEF Darcy B Castilhos
EMEF Pres João Goulart
EMEF Ver Arnaldo Reinhardt
EMEF Arnaldo Grin
EMEF Ver João Brizolla
EMEF Pres Tancredo Neves
EMEF Eugênio N Ritzel
EMEF José Bonifácio
EMEF Machado de Assis
EMEF Olavo Bilac
EMEF Maria Quitéria
EMEF Dr Antônio B. Filho
EMEF Cecília Meireles
EMEF Hugo Engelmann
EMEF Martha Wartenberg
EMEF Harry Roth
EMEF Prof Helena C Sampaio
EMEF Boa Saúde
EMEF Marina Marcia Penz Garbarino
EMEF Irmão Nilo
EMEF Francisco X Kunst





## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



EMEI Érico Veríssimo
EMEI A Bela Adormecida
EMEI Chapeuzinho Vermelho
EMEI Arco Íris
EMEI Cinderela
EMEI João de Barro
EMEI Pica Pau Amarelo
EMEI Peter Pan
EMEI Vovô Werno
EMEI Pequeno Polegar
EMEI Negrinho do Pastoreio
EMEI Aldo Pohlmann
EMEI Branca de Neve
EMEI Favo de Mel
EMEI Sementinha Viva
EMEI Lápis Mágico
EMEI Vivendo E Aprendendo
<b>Rede Privada</b>
Fundação Esc Tec Liberato Salzano V da Cunha
Escola Técnica Senai Ildefonso Simões Lopes
Colégio Ensinos
Esc De Ens Fun Batista Maranata
Escola Técnica Positiva
Escola de Ed Inf Gente Moleque
Escola de Ed Inf Gasparzinho Ltda
Esc de Ens Fun Batista Cristo é a Vida
Esc Fund Sagrado Coração de Jesus
Colégio Santa Catarina
Escola Especial de Novo Hamburgo
Colégio Marista Pio XII





## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Colégio Adventista de Novo Hamburgo
Colégio Sinodal da Paz
*Unidade Ensino Fundação Evangélica
*Unidade Ensino Pindorama
Colégio Cenecista Felipe Tiago Gomes
*Unidade Ensino Oswaldo Cruz
Esc Adventista Ens Fun de Canudos
Escola de Ed Básica Feevale – Esc de Aplicação
Colégio Marista São Marcelino Champagnat - Eja

Fonte: Censo 2006

\* As Unidades de Ensino compõem a Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – IENH



### **3 – EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **3.1 – Caracterização e Diagnóstico**

A educação de crianças de zero a cinco anos em estabelecimentos específicos de Educação Infantil, fundamentada em estudos científicos que investigaram o processo de desenvolvimento da criança é entendida em termos de socialização e educação. Sendo a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização.

O atendimento maior, no Brasil, se dá nas idades mais próximas da escolarização obrigatória, de maneira que a maioria das crianças de 5 anos já está na pré-escola.

A Sinopse Estatística da Educação Básica reuniu dados de 1998 sobre creches, indicando um atendimento de 381.804 crianças, em idades que variam de menos de 4 a mais de 9 anos no Brasil (PNE/2001).

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil foi integrada ao âmbito da Educação Básica, oferecida nas modalidades de creche para crianças dos zero aos três anos e pré-escola, dos quatro aos seis anos. O acesso à educação institucionalizada nos seis primeiros anos de vida passou a ser um direito das crianças, dever do Estado e opção das famílias, pressupondo sempre a correlação entre os esforços de ambos, a família e o Estado. Com a Lei, a Educação Infantil conquistou um novo espaço, rompendo com o caráter puramente assistencialista e antecipatório da escolaridade fundamental e reafirmando sua função educativa.

Com a aprovação da Lei Federal 11.114/2005, o Ensino Fundamental passou a contar com nove anos e as crianças com seis anos completos devem



ser matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, a Educação Infantil passou a atender as crianças com até cinco anos de idade.

Na rede pública do município de Novo Hamburgo, a procura por estabelecimentos de Educação Infantil vem crescendo a cada ano, seja em decorrência da necessidade das famílias em função do trabalho, seja pelo reconhecimento da importância do espaço escolar na educação dos filhos. Devido a essa procura, ainda não foi possível adequar demanda e oferta, sendo que existem excedentes em quase todas as escolas e faixas etárias. Essa diferença se evidencia nos bairros que reúnem as características de serem populosos, de localizarem-se nas periferias e com famílias de baixa renda, tais como: Santo Afonso, Canudos, Boa Saúde e Vila Diehl.

A Rede Municipal de Ensino conta com 19 escolas de Educação Infantil (EMEIs), atendendo crianças dos zero aos cinco anos, distribuídas nos diferentes bairros do município, totalizando 2501 vagas em 2007. Cada escola atende as faixas etárias de acordo com o espaço físico disponível e a demanda da comunidade em que se encontra. Aos alunos em idade de creche (0 a 3 anos) é oferecida a possibilidade de horário integral ou parcial e aos em idade de pré-escola (4 e 5 anos), apenas meio turno.

O critério para formação de turmas observa as recomendações do CME, que fixa o número de alunos por faixa etária, conforme tabela abaixo:

**Tabela 10: número de alunos por faixa etária, segundo recomendações do CME**

<b>Faixa etária</b>	<b>Número recomendado de crianças, por professor</b>
FE 0 – 4 meses a 11 e meses	5
FE 1 – 1 ano a 1 ano e 11 meses	5
FE 2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses	8
FE 3 – 3 anos a 3 anos e 11 meses	15
FE 4 – 4 anos a 4 anos e 11 meses	20
FE 5 – 5 anos a 5 anos e 11 meses	25



O ingresso de alunos em idade de creche se dá a partir de critérios que levam em consideração a oferta real e as características da comunidade atendida, nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais. Para os alunos na faixa etária pré-escolar, o critério principal é a idade, além da análise da situação socioeconômica das famílias. Nas escolas de Ensino Fundamental (EMEFs), o atendimento se dá na faixa etária de pré-escola, totalizando 858 vagas.

**Tabela 11: capacidade de atendimento nas escolas de Educação Infantil da rede municipal por faixa etária e bairro**

Bairro	Número de alunos atendidos por faixa etária		Total
	0-3 anos (Creche)	4-5 anos (Pré-escola)	
Guarani	*68	0	<b>83</b>
Roselândia	0	120	<b>120</b>
Santo Afonso	134	222	<b>356</b>
Industrial	107	44	<b>151</b>
Rondônia	130	158	<b>288</b>
Vila Diehl	0	84	<b>84</b>
Rincão	*72	138	<b>263</b>
Canudos	169	463	<b>632</b>
Boa Vista	55	65	<b>120</b>
Lomba Grande	30	40	<b>70</b>
São Jorge	109	101	<b>210</b>
Vila Nova	46	78	<b>124</b>
<b>Total</b>	<b>988</b>	<b>1513</b>	<b>2501</b>



\* As escolas têm capacidade de ampliação de até 70 vagas, em 2007.

**Tabela 12: Capacidade de atendimento de pré-escola nas escolas de Ensino Fundamental por bairro**

Bairro	Número de escolas	Número de alunos matriculados na Faixa Etária 5 anos
Jardim Mauá	2	48
Canudos	6	409
Lomba Grande	3	56
Operário	1	36
Liberdade	3	162
Rincão	2	82
Roselândia	1	25
Ideal	2	73
Rondônia	1	20
Primavera	1	45
São Jorge	5	174
Santo Afonso	1	25
Vila Nova	2	44
Vila Diehl	1	47
Petrópolis	1	46
Hamburgo Velho	1	43
Total	33	1217

A Rede Estadual no município de Novo Hamburgo dispõe de vagas em oito escolas, oferecendo atendimento para classes de Educação Infantil para quatro a cinco anos de idade. Conforme o números do Censo, foram atendidas 310 crianças em 2006.



**Tabela 13: atendimento nas escolas da rede estadual por faixa etária e bairro**

Bairro	Número de estabelecimentos	Número de alunos atendidos na faixa etária 4-5 anos (Pré-escola)
São José	1	20
Rio Branco	1	45
Canudos	1	46
Pátria Nova	1	48
Operário	1	40
Primavera	1	22
Rincão	1	47
Ouro Branco	1	42
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>310</b>

Fonte: Censo 2006

Na rede privada existe uma variedade de formas de atendimento, desde escolas estruturadas e autorizadas até espaços informais, onde o atendimento se dá apenas pelo cuidado. Este tipo de atendimento se caracteriza por ser feito em espaços inadequados, pelo alto número de crianças, por atendentes sem formação mínima e pela falta de proposta pedagógica. São espaços que se denominam escolas, porém não atendem as exigências legais mínimas de uma escola de Educação Infantil. Outro atendimento existente no município é aquele realizado pelas chamadas *mães crecheiras* ou *tias cuidadoras*, pessoas da comunidade que se dispõe a cuidar dos filhos dos trabalhadores.

O acesso aos dados sobre o atendimento da Educação Infantil na rede privada foi dificultado pelo motivo de que tais informações não encontram-se disponíveis por meio de levantamentos oficiais, pois muitos estabelecimentos ainda não são autorizados e credenciados. Em função dessa dificuldade, foi feito um chamamento público através do CME, convocando proprietários de estabelecimentos de Educação Infantil com o objetivo de reunir dados, orientá-los sobre normatização da oferta e incluí-los no processo de construção deste



plano. A partir desse movimento, obteve-se os dados abaixo, que não retratam a totalidade do atendimento no município, caracterizando-se apenas como uma amostragem.

**Tabela 14: atendimento nos estabelecimentos de Educação Infantil da rede privada por faixa etária e bairro**

Bairro	Número de estabelecimentos	Número de alunos atendidos por faixa etária		Total
		0-3 anos (Creche)	4-5 anos (Pré-escola)	
Roselândia	1	32	11	43
Vila Rosa	3	45	62	107
Industrial	3	78	120	198
Ideal	1	33	87	120
Rio Branco	3	54	61	115
Canudos	1	22	14	36
Centro	6	165	331	496
Primavera	2	66	47	113
Lomba Grande	1	16	8	24
Jardim Mauá	1	16	17	33
Guarani	1	15	7	22
Hamburgo Velho	3	60	190	250
Operário	1	17	12	29
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>619</b>	<b>967</b>	<b>1586</b>

Fonte: CME e SMED-NH

Observação: dados parciais a partir de levantamento do CME e da SMED

**Tabela 15: evolução da matrícula inicial na Educação Infantil - rede estadual, municipal e privada**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	
2000	328	5.1	5360	84.2	677	10.7	6365
2001	316	4.6	5504	81.7	918	13.7	6738
2002	350	5.2	5415	80.3	981	14.5	6746
2003	343	5.2	5173	80.8	893	14	6409
2004	345	6	4596	79	868	15	5809
2005	319	4.9	5417	82.8	809	12.3	6545
2006	310	9.8	2668	85.1	159	5.1	*3137

Fonte: Censo Escolar 2000 -2006.

\* Obs. A queda significativa nas matrículas refere-se à migração de todos os alunos de seis anos de idade, que até então pertenciam à Educação Infantil, para o Ensino Fundamental, devido à Lei 11.114/05 que institui o Ensino Fundamental de nove anos, com ingresso dos alunos a esse nível de ensino aos seis anos de idade.

### 3.2 – Diretrizes

A Educação Infantil tem por finalidade constituir-se no espaço e no tempo adequados para o exercício da infância, proporcionando cuidados e educação de forma complementar e indissociável, visando o desenvolvimento integral das crianças e sua progressiva e prazerosa articulação com o ambiente escolarizado, em constante parceria com as famílias, a comunidade e outras instituições sociais. Nesse sentido, privilegia-se:

- a vivência da infância e o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, emocional, espiritual, cultural e afetiva do ser humano;
- a integração das políticas da Educação Infantil às políticas nacionais e estaduais em colaboração efetiva na área pedagógica e financeira;
- o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil na oferta e manutenção da Educação Infantil, buscando o aprimoramento e adequação dos espaços, equipamentos e proposta pedagógica;
- a inserção da criança no processo de escolarização de modo a possibilitar a passagem para o Ensino Fundamental com tranquilidade, respeitando o direito de brincar, estabelecer vínculos afetivos, utilizar diferentes





linguagens e expressar sentimentos, desejos, pensamentos e necessidades.

### **3.3 – Objetivos e Metas**

As metas estão relacionadas à demanda manifesta, ou seja, de acordo com o registro das inscrições nas Escolas de Educação Infantil, e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, visto que a Educação Infantil é um direito público subjetivo, ou seja, uma opção da família. As medidas propostas por este plano decenal, estão em consonância com o Plano Metas Todos Pela Educação, do Ministério da Educação, à medida em que buscam promover a Educação Infantil, visando à crescente expansão e qualificação da oferta da Educação Infantil no município. São elas:

a) Ampliar com apoio da União, do Estado e da iniciativa privada, a oferta da Educação Infantil, de forma a atender, durante a vigência desse plano, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 5 anos.

b) Aumentar a oferta de vagas, através da otimização de espaços e da ampliação e construção de escolas.

c) Elaborar, no prazo de até três anos, a normatização, com padrões mínimos de infra-estrutura, das instituições de Educação Infantil públicas e privadas, respeitando a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Sistema Municipal de Ensino, assegurando o atendimento às características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo e assistencial.

d) Adaptar os prédios de Educação Infantil de maneira que, na vigência desse plano, todos estejam adequados conforme os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos.

e) Promover a revisão e o aperfeiçoamento das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, buscando concretizar o desenvolvimento



integral das crianças em seus aspectos físico, intelectual, emocional, moral e social e incentivando a criatividade, a autonomia, a solidariedade, o respeito a partir dos valores humanos, complementando a ação da família, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais.

f) Assegurar, através das mantenedoras, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, atendendo os padrões mínimos de infra-estrutura definidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

j) Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

l) Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação e, também como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade destes serviços pela comunidade escolar e pelas agências formadoras dos recursos humanos.

o) Manter e ampliar parcerias com a sociedade civil na oferta e manutenção da Educação Infantil, buscando o aprimoramento e adequação dos espaços, equipamentos e proposta pedagógica.

p) Articular com a administração estadual e federal, bem como com a iniciativa privada, novas fontes de financiamento da Educação Infantil, a fim de complementar o orçamento municipal e garantir a ampliação e melhoria do atendimento.

q) Integrar as políticas da Educação Infantil às políticas nacionais e estaduais em colaboração efetiva na área pedagógica e financeira.

r) Assegurar à criança o direito de brincar, estabelecer vínculos afetivos, utilizar diferentes linguagens e expressar sentimentos, desejos, pensamentos e necessidades, bem como assegurar a vivência da infância e o desenvolvimento



das dimensões intelectual, física, emocional, espiritual, cultural e afetiva do ser humano.

s) Assegurar que a Educação Infantil propicie uma progressiva e prazerosa articulação das atividades de comunicação e ludicidade com o ambiente escolarizado, no qual o desenvolvimento, a socialização e a constituição de identidades singulares e afirmativas possam relacionar-se, gradualmente, com ambientes distintos dos familiares, na transição para o Ensino Fundamental.

t) Promover a inclusão e a permanência de crianças com necessidades educacionais especiais em parceria com as secretarias da Saúde e Assistência Social.

u) Realizar, em parceria com os órgãos oficiais, censos educacionais específicos da Educação Infantil para caracterizar a demanda reprimida e estabelecer estratégias adequadas ao atendimento.

v) Promover a prática efetiva da educação ambiental em todos os níveis de ensino em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos afins.

x) Incrementar as bibliotecas escolares com obras de literatura infantil, textos científicos e obras básicas de referência de apoio à formação dos professores.

z) Articular as propostas pedagógicas com as áreas da saúde, assistência social, habitação, entre outras, de modo a realizar um trabalho interdisciplinar, com foco na comunidade escolar.

aa) Garantir, em parceria com a União, alimentação escolar equilibrada com os níveis calórico-protéicos mínimos por faixa etária nas escolas públicas.

bb) Assegurar que os professores tenham aperfeiçoamento na sua formação.



## **4 – ENSINO FUNDAMENTAL**

### **4.1 – Caracterização e Diagnóstico**

O direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas ao acesso à matrícula, mas à permanência e à qualidade dos serviços escolares sob a responsabilidade do Poder Público. O atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão sinaliza a necessidade de políticas destinadas a possibilitar que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino.

A ampliação da jornada escolar tem demonstrado bons resultados, oportunizando o cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, atividades artísticas, alimentação adequada, diminuindo as desigualdades sociais e ampliando democraticamente as oportunidades de aprendizagem e socialização. O turno integral e as classes de aceleração são modalidades implementadas na tentativa de solucionar a universalização e minimizar a repetência.

Os projetos em turno inverso também são formas de ampliar as oportunidades dos alunos, tanto no aspecto social, quanto na aprendizagem. Na Rede Municipal de ensino, em 2006 foram contabilizados cerca de 6.000 alunos nos projetos de artes, teatro, música, psicomotricidade, psicopedagogia, dançaterapia, equoterapia, repórter mirim, monitores ecológicos, entre outros, e cerca de 2000 alunos nos projetos desportivos como handebol, basquete, vôlei, futsal e ginástica olímpica, todos oferecidos pela SMED.

A revisão e o aperfeiçoamento das propostas pedagógicas das escolas, com o reforço da participação democrática dos conselhos escolares, estimulará melhores padrões de desempenho discente e docente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



A estrutura curricular é expressa nos Planos de Estudos em consonância

REDE DE ENSINO	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)						Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)			
			Educação Especial ( Incluídos )	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Anos Iniciais	Anos Finais				Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio	
TOTAL	989	2.732	786	39.748	18.691	18.225	2.832	0	10.683	4.897	283	151	2.346	1.445	901	400	299	101
ESTADUAL	0	310	64	13.188	2.234	10.954	0	0	7.108	79	91	87	1.032	793	239	0	0	0
MUNICIPAL	776	1.892	643	22.797	14.933	5.032	2.832	0	0	0	5	5	470	470	0	0	0	0
PRIVADA	213	530	79	3.763	1.524	2.239	0	0	3.575	4.818	187	59	844	182	662	400	299	101

com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação, integrando os temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros, oportunizando avanços significativos no

convívio social e solidariedade humana.

**Tabela 16: matrícula inicial das três redes de ensino**

Fonte: Censo Escolar 2006

**Tabela 17 - Ensino Fundamental evolução da matrícula inicial 2000 - 2006 - rede estadual, municipal e privada**

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA		TOTAL 100%
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	
2000	14385	37.8	19091	50.2	4581	12	38057
2001	15301	38.7	19700	50	4474	11.3	39475
2002	15470	39.3	19586	49.6	4403	11.1	39460

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo: Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340

Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

“Contribua para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente” “Doe sangue. Doe órgãos. SALVE UMA VIDA” “Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA. Informe-se pelo fone 0800.8832323”

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



2003	14658	37.7	19976	51,4	4241	10.9	38875
2004	14025	35.8	21140	54	3981	10.2	39146
2005	13440	35.3	20746	54.5	3895	10.2	38081
2006	13188	33.1	22797	57.4	3763	9.5	39748

Fonte: Censo Escolar 2006.

**Tabela 18 - Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio 2006**

NÍVEIS E MODALIDADES EDUCAÇÃO /ENSINO		REDE DE ENSINO			TOTAL
		ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	
<b>ED. INFANTIL</b>	CRECHE	0	776	213	1063
	PRÉ-ESCOLA	310	1892	530	5482
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	EDUC.ESPEC	91	5	187	301
	TOTAL 1ª-4ª	2234	14933	1524	19723
	TOTAL 5ª-8ª	10954	5032	2239	18358
	SUB-TOTAL	13188	22797	3763	38081
<b>ED. JOVENS E ADULTOS</b>		1032	470	844	2761
<b>ENSINO MÉDIO</b>		7108	0	3575	10638

FONTE: Censo Escolar – 2006

**Índice de Escolarização**

Segundo o Plano Nacional de Educação - PNE, o segmento populacional de 0 a 3 anos é constituído de 12 milhões de crianças, o equivalente a 7,5% da população; para a faixa de 4 a 6 anos, aproximadamente 9,2 milhões de crianças, equivale a 5,75% da população, indicando que em torno de 13,25% encontra-se na faixa de Educação Infantil, (em 1996 este número era de 14,03% da população total, segundo a PNAD/IBGE).



Na faixa de obrigatoriedade do Ensino Fundamental – 6 a 14 anos – encontram-se 17,52% da população; e 6,61% de 15 a 17 anos, totalizando 37,38% abaixo dos 18 anos. Estes percentuais variam em cada município, há necessidade de informações específicas locais, fornecidas pelo IBGE.

**Tabela 19 - nº de crianças na faixa etária de 7 e 8 anos que freqüentam a ed. pré-escolar no Brasil/ Rio grande do sul**

LOCAL	TOTAL DE CRIANÇAS	%
BRASIL	871.516	100
RIO GRANDE DO SUL	6.258	0,7

Fonte: MEC/INEP/SEEC/IBGE

### **Desempenho Escolar: Evasão e Reprovação**

**Tabela 20 - Ensino Fundamental: evolução da taxa de evasão na rede municipal 2001 – 2006**

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2001	1.15	0.62	0.80	1.14	2.36	13.19	30	22.54
2002	0.69	0.32	0.56	0.62	1.09	1.44	2.67	4.35
2003	0.61	0.47	0.41	0.65	1.52	1.93	2.22	0
2004	0.50	0.35	0.67	0.63	1.38	2.85	0	0
2005	0.68	0.33	0.45	0.74	1.19	2.57	4.18	2.65
2006	ETAPA 1: 0,82 ETAPA 2: 0,55	0,24	0,44	0,44	1.33	1.08	6,29	7,04

Fonte: Censo Escolar 2006

**Tabela 21 - Ensino Fundamental: evolução da taxa de reprovação na rede municipal 2001 – 2006**





## 2004

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2001	13.48	10.13	7.35	7.75	6.49	8.14	9.43	22.50
2002	9.76	8.91	7.26	7.99	7.43	5.08	12.07	9.43
2003	17.14	11.37	7.96	7	8.88	6.91	8.33	7.02
2004	13.15	10.09	10.45	8.19	8.84	8.68	16.87	0
2005	15.27	10.49	9.93	10.91	14.32	11.90	13.50	18.39
2006		11.96	10.20	11.34	12.91	9.67	26.39	25.30

Fonte: Censo Escolar 2006

### 4.2 – Diretrizes

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental baseiam-se na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. A busca pela universalização do Ensino Fundamental não está desvinculada da indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar.

O diagnóstico atual sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à qualificação do ensino público e à oferta para alunos que apresentam distorções idade-série. A expressiva presença de jovens com mais de 14 anos no Ensino Fundamental demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, o tempo, os recursos didáticos e às formas peculiares com que a juventude tem de conviver.

A oferta qualitativa deverá permitir que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população.



A adaptação curricular necessita fazer parte das propostas pedagógicas das escolas, assim como o gradativo oferecimento de ampliação da jornada escolar com atividades esportivas, artísticas, ecológicas e apoio pedagógico, no sentido de ampliar as oportunidades de aprendizagem.

A escola tem responsabilidade fundamental com o ensino-aprendizagem. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, são necessárias articulações quanto ao atendimento social, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático, transporte escolar e inclusão digital. As articulações com outras secretarias e entidades locais também configuram a garantia de um melhor equilíbrio e desempenho escolar.

O projeto político-pedagógico da escola é a expressão da organização educativa da unidade escolar. Esta necessita ser reforçada pelo princípio democrático da participação. A gestão da educação e o acompanhamento de resultados, tanto das metas, quanto dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais profissionais da educação.

As concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação, sinalizam a necessidade de vincular os temas curriculares ao cotidiano e à cultura da população. Além do currículo composto pelas disciplinas formais, propõe-se a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, sexualidade, gênero, etnia, pluralidade cultural, trabalho, consumo, entre outros.

A escola, vista como espaço de discussão sobre os diversos temas que envolvem o ser humano, precisa incluir nas práticas escolares, conteúdos e preceitos de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Municipal de Educação.



Para qualificar os aspectos pedagógicos é importante assegurar a melhoria da infra-estrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a alunos com necessidades educacionais especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, ecológicas, recreativas e a adequação de equipamentos. Destacam-se também a necessidade de programas de valorização, formação e qualificação de professores.

É também fundamental que a comunidade se engaje, de modo que cada segmento faça sua parte no processo educacional, em consonância com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação do Ministério da Educação.

#### **4.3 – Objetivos e Metas**

- a) Universalizar o atendimento, com qualidade, com foco na aprendizagem, a toda a clientela do Ensino Fundamental, no prazo de cinco anos, em regime de colaboração entre as redes de ensino, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola.
- b) Prover meios de redução dos índices de reprovação e de evasão escolar, de modo que durante a vigência desse plano possa-se atingir percentual abaixo de 10%.
- c) Prover meios de redução dos índices de evasão escolar, de modo que durante a vigência desse plano possa-se diminuir em 50% do índice atual.
- d) Ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório, com início aos seis anos de idade, até 2010, nas três redes de ensino.
- e) Localizar crianças que se encontram fora da escola, por bairro de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando definir a demanda existente e estratégias para sua escolarização.



- f) Operacionalizar um currículo que contemple a transdisciplinaridade, trabalhando as diferenças étnico-culturais, os temas transversais emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, bem como as características específicas de Novo Hamburgo.
- g) Priorizar a alfabetização como um processo ao longo de todo o Ensino Fundamental, entendendo este compromisso como de todas as áreas do conhecimento.
- h) Incentivar o desenvolvimento dos temas transversais previstos na legislação vigente.
- i) Promover a educação sexual e a prevenção ao uso de drogas, como práticas educativas integradas, contínuas e permanentes.
- j) Adequar os prédios escolares existentes aos padrões nacionais de infraestrutura para o Ensino Fundamental, conforme legislação.
- k) Garantir, através das mantenedoras, a revisão e o aperfeiçoamento das propostas pedagógicas das escolas em consonância com as Diretrizes Nacionais e Estaduais e a realidade específica de cada escola, com a participação da comunidade escolar.
- l) Ampliar progressivamente a jornada escolar, com a participação da União e do Estado, e outras parcerias visando ampliar o atendimento aos alunos.
- m) Incrementar as bibliotecas escolares com obras de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor e aos alunos.
- n) Garantir, em parceria com a União, alimentação escolar equilibrada com os níveis calórico-protéicos mínimos por faixa etária nas escolas públicas.
- o) Prover o transporte escolar na zona rural, quando necessário, em parceria com o Estado, de forma a garantir o acesso à escola de alunos promovendo igualdade de oportunidade.



- p) Construir gradativamente área coberta e/ou quadra poliesportiva, em parceria com a União, Estado e outros órgãos, nas escolas, durante a vigência deste plano.
- q) Ampliar o número de escolas com refeitório ao longo da vigência deste plano, sem prejuízo à oferta de vagas.
- r) Possibilitar, através das mantenedoras, que as escolas possuam materiais e equipamentos necessários para a qualificação da prática pedagógica e administrativa.
- s) Substituir e ampliar o número de equipamentos dos laboratórios de informática educativa e firmar parceria com a União e o Estado para que, no prazo de cinco anos, sejam implantados laboratório de informática em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio, podendo ampliar para a Educação Infantil.
- t) Ampliar laboratórios de ciências nas escolas que atendem os anos finais do Ensino Fundamental.
- u) Ampliar a proposta das bibliotecas escolares adequando ao número de alunos, por turmas, contemplando todas as escolas municipais, podendo esta medida ser adotada pelas demais redes.
- v) Ampliar e atualizar o acervo de literatura infantil, infanto-juvenil das bibliotecas escolares, vindo a contemplar também os alunos cegos, com baixa visão e da EJA.
- w) Manter investimento anual em títulos de obras de referência de apoio à formação dos professores nas bibliotecas escolares de cada escola.
- x) Priorizar a construção, as ampliações e as reformas de escolas, de modo que durante a vigência desse plano os bairros com maior demanda educacional sejam contemplados em todos os níveis e modalidades da educação.



- y) Consolidar a participação da comunidade na gestão das escolas instituindo ao longo dos anos conselhos escolares ou órgãos equivalentes.
- z) Articular as propostas pedagógicas com as áreas da saúde, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, de modo a realizar um trabalho interdisciplinar, com foco na comunidade escolar.
- aa) Ampliar a articulação com as secretarias de saúde municipal, estadual e Ministério da Saúde, buscando apoio para atendimento aos alunos com NEE.
- bb) Aperfeiçoar a ação redistributiva dos recursos disponíveis à rede municipal de escolas, atendendo necessidades.
- cc) Promover a prática efetiva da educação ambiental em todos os níveis de ensino em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos afins.
- dd) Propiciar espaços de reflexão, no ambiente escolar, sobre sexualidade, gênero e etnia.

## **5 – ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **5.1 – Caracterização e Diagnóstico**

Considerando a constante preocupação com a continuidade dos estudos dos jovens, o Ensino Médio e a Educação Profissional caracterizam um grande desafio a perseguir nas esferas pública e privada. Enquanto grande fator

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340 53  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)



contribuinte no processo de cidadania e de qualificação profissional, o Ensino Médio precisa ser expandido e qualificado.

Conforme dados já citados, Novo Hamburgo conta com mais de 22 mil jovens em idades entre 15 e 19 anos (Fonte: IBGE, Censo de 2000).

No que se refere à Educação Profissional, a rede privada tem oferecido a maior parte das vagas, correspondendo a mais de 98% do total em 2006.

A partir do Censo Escolar de 2006, temos o número de matrícula inicial das instituições de ensino que oferecem o Ensino Médio na cidade:

**Tabela 22 - nº de matrícula na rede estadual**

<b>Escola</b>	<b>Nº de alunos Ens. Médio</b>	<b>Nº de alunos Ed. Prof.</b>
Colégio Estadual 25 de Julho	1786	79
Colégio Estadual Sem. Alberto Pasqualini	919	
Colégio Estadual Eng. Ignácio Christiano Plangg	664	
Instituto Estadual Madre Benícia	319	
*Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Augusto Borges de Medeiros (Bairro Santo Afonso anexa)	1026	
Colégio Estadual Vila Becker	656	
Colégio Estadual Dr. Wolfram Metzler	1027	
Instituto Estadual Sero Frederico Ludwig	711	
<b>TOTAL</b>	<b>7108</b>	<b>79</b>

Dados do Censo Escolar 2006 / Fonte: MEC/INEP/DEEB

Observação:

\* em setembro de 2006 foi credenciada a Escola Estadual de Ensino Médio no Bairro Santo Afonso, cujos alunos estão contabilizados juntamente com a EEEM Antônio Augusto Borges de Medeiros;

\* Observação: a rede estadual também oferece o Ensino Médio na modalidade de EJA, cujos números estão expostos no item 7.1.

Analisando os números, percebe-se que, em 2006, o número de matrículas chegou a 15.580. Portanto, há uma clara discrepância entre oferta e necessidade de vagas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO**

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



A partir de pesquisa direta com as escolas obtiveram-se dados relevantes quanto à evasão, repetência e recursos oferecidos (tabelas abaixo). Constatase ainda que nas oito escolas públicas citadas, atuam 303 professores, o que significa uma média de 23,7 alunos por professor.

**Tabela 23: índices de evasão e repetência**

Ano	Média de índices de evasão	Média de índices de repetência
2005	<b>16,59%</b>	<b>23,90%</b>
2006	<b>14,93%</b>	<b>24,84%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela Comissão do Ensino Médio e Profissionalizante.

**Tabela 24: nº de alunos na rede privada**

Escola	Nº de alunos Ens. Médio	Nº de alunos Ed. Profissional	Alunos residentes em NH
*Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	1295	3176	994
Colégio Ensinos	51	-	51
Escola Técnica Positiva	59	198	Não informado
Colégio Santa Catarina	590	351	691
Colégio Marista Pio XII	415	97	72
Colégio Adventista de Novo Hamburgo	143	-	125
Colégio Sinodal da Paz	136	-	131
Unidade de Ensino Fundação Evangélica	452	414	639
Colégio Cenecista Felipe Tiago Gomes	195	10	188
Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação	239	132	114
Escola Técnica SENAI Ildefonso Simões Lopes		440	164
<b>TOTAL</b>	<b>3575</b>	<b>4818</b>	<b>3169</b>

Fonte: Censo Escolar 2006 / Fonte: MEC/INEP/DEEB e Secretaria das Escolas

Obs: A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha é instituição pública de direito privado  
**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340

Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)





Escola Técnica SENAI Ildefonso Simões Lopes

Os dados mostram que existem, atualmente, mais escolas de Ensino Médio particulares em nossa cidade, que públicas. Os apontamentos indicam também que há uma parcela da população que ainda não têm acesso ao Ensino Médio e ou Educação profissional, cerca de 8000 jovens, segundo dados da tabela 25, sobretudo nos bairros. Observa-se que dos 8393 alunos matriculados nas instituições privadas, 3055 são moradores de municípios da região, o que mostra a grande parcela dessa faixa etária fora da escola.

A rede privada também oferece o Ensino Médio na modalidade da EJA, cujos números estão expostos no item 7.1 deste documento.

## **5.2 – Diretrizes**

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 16/99 (BRASIL, 1999) as diretrizes “devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; e cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade”.

As possibilidades de conclusão do Ensino Fundamental com êxito permitem que cresça o ingresso de alunos no Ensino Médio. O acesso e a permanência na escola é aspecto fundamental a se observar na passagem do Ensino Fundamental para o Médio. A oferta de escola média de qualidade deverá ser o desafio desse plano, de modo que se contemplem orientações profissionalizantes ou acadêmicas aliadas aos objetivos sociais, humanistas e econômicos.

Esse nível de ensino deverá vislumbrar a compreensão da dinâmica social na qual o sujeito está inserido e a capacidade de nela intervir, as habilidades relativas às aptidões básicas da linguagem (abstração, expressão, comunicação, interpretação, entre outras), a incorporação de valores éticos e



de convivência coletiva e a competência relacionada ao exercício da cidadania e da inserção produtiva.

As representações da sociedade necessitam exigir do Estado e da União, no que diz respeito ao financiamento para o Ensino Médio, quando a oferta desse nível de ensino não contemplar a demanda. Da mesma forma há que se primar pela qualidade no Ensino Médio e Educação Profissional.

A organização escolar precisa ser adequada em termos de espaço físico e de recursos humanos para atender adequadamente os alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional (quadro de professores, laboratórios, bibliotecas, inserção na pesquisa, orientação profissional, entre outros).

A prática da Educação profissional exige que o mundo de trabalho contemporâneo seja ressignificado, de modo a instrumentalizar o aluno para possíveis campos de atuação.

### **5.3 – Objetivos e Metas**

- a) Atender o Ensino Médio e a educação profissional, com instalações físicas próprias, visando as necessidades desse nível de ensino em termos pedagógicos e estruturais.
- b) Ampliar a oferta de vagas de modo a atender a demanda de Ensino Médio até o final da vigência deste plano, em articulação com o Estado e com a União.
- c) Flexibilizar a concepção curricular de modo a contemplar demandas do mundo contemporâneo.
- d) Implementar programas de redução de evasão e repetência, buscando melhora no desempenho dos alunos, tendo em vista indicadores locais, de modo que durante a vigência desse plano, possa-se diminuir em 5% esses índices.



- e) Assegurar que os professores tenham a formação necessária à disciplina que leciona no Ensino Médio.
- f) Promover adaptação curricular a alunos com NEE, incluindo materiais e equipamentos didático-pedagógicos.
- g) Adaptar os espaços de modo a garantir iluminação, ventilação, insolação, instalações sanitárias, espaços para esporte e recreação, entre outros.
- h) Ampliar a qualidade no que diz respeito a equipamentos de informática e multimídia, comunicação, reprodução de textos, acervos bibliográficos, entre outros.
- i) Promover educação ambiental enquanto uma prática educativa integrada, contínua e permanente.
- j) Estabelecer programas de formação continuada de professores, visando a qualificação pedagógica do Ensino Médio e Educação Profissional.
- k) Apoiar e incentivar organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.
- l) Trabalhar valores de gênero, em sala de aula, a fim de reforçar o papel da mulher na sociedade, sob a ótica da história, da literatura, do ensino religioso e das áreas afins.
- m) Manter e/ou criar mecanismos de participação da comunidade na gestão da escola.
- n) Oferecer possibilidades de acesso ao Ensino Médio e Educação Profissional, diurno e noturno, sendo que para este há que adequá-lo ao aluno-trabalhador.
- o) Manter e estabelecer novas parcerias de modo a ampliar as possibilidades na oferta de educação profissional.
- p) Disseminar informações relativas a disponibilidades para captação de recursos para projetos educacionais.
- q) Incentivar a educação à distância na oferta de cursos.



- r) Conduzir ao contínuo aprimoramento do processo da formação de técnicos de nível médio, assegurando a construção de currículos que, atendendo a princípios norteadores, propiciem a inserção profissional dos técnicos no mercado de trabalho.
- s) Estabelecer parcerias entre órgãos governamentais e não-governamentais no sentido de ampliar a oferta da educação profissional, em sintonia com a prospecção do desenvolvimento regional.

## **6 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **6.1 – Caracterização e Diagnóstico**

As profundas transformações mundiais têm implicações diretas nos valores culturais, nas relações sociais, na participação política e na organização do trabalho. A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências alterou a concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos. Hoje, desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda vida (educação permanente), e que não está vinculada somente com a aquisição do código da escrita.

Os *déficits* do atendimento no Ensino Fundamental resultaram ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram concluir o Ensino Fundamental obrigatório. Em nosso País 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos ainda são analfabetos.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, os Dados Estatísticos do Analfabetismo em Novo Hamburgo revelam os seguintes números:



**Tabela 25 – analfabetismo em Novo Hamburgo**

<b>Faixa etária</b>	<b>Total da população</b>	<b>Total da população analfabeta</b>
15 anos ou mais	171.512	8.597
15 a 19	22.095	294
20 a 24	20.615	359
25 a 29	18.931	379
30 a 34	20.666	508
35 a 39	20.799	578
40 a 44	17.203	638
45 a 49	13.765	813
50 a 54	10.657	874
55 a 59	8.083	876
60 a 64	6.275	884
65 a 69	4.824	771
70 a 74	3.550	645
75 a 79	2.139	488
80 ou mais	1.928	490

Fonte: Censo 2000 do IBGE

O Censo Demográfico do IBGE/2000 registra no Rio Grande do Sul, na faixa etária de 15 anos ou mais, uma população analfabeta de 146.331 homens e 199.018 mulheres nas áreas urbanas, e de 80.000 homens e 75.595 mulheres no meio rural, totalizando 501.261 pessoas, representando 6,65% da população.

No momento, o município de Novo Hamburgo reconhece a educação como base para o fortalecimento da cidadania, intensificando esforços de expansão das ofertas educativas, reafirmando o direito subjetivo de todo ser humano à educação e ampliando os espaços educativos da Educação de Jovens e Adultos.



O atendimento da Educação de Jovens e Adultos nos últimos anos, na Rede Municipal de Ensino e na Rede Estadual de Ensino de Novo Hamburgo está expresso nas tabelas 27 e 28, respectivamente:

**Tabela 26 - Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino de Novo Hamburgo. Atendimentos – 2000 a 2006**

<b>DATA</b>	<b>AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos</b>	<b>EJA – Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>Total</b>
2000	86	302	<b>388</b>
2001	64	93	<b>157</b>
2002	180	196	<b>376</b>
2003	381	84	<b>465</b>
2004	361	71	<b>432</b>
2005	536	161	<b>697</b>
2006	796	470	<b>1266</b>
<b>Total</b>	<b>2404</b>	<b>1377</b>	<b>3781</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo

**Tabela 28: Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino em Novo Hamburgo. Atendimentos – 2000 a 2006**

<b>DATA</b>	<b>EJA – Educação de Jovens e Adultos</b>
2000	275 alunos
2001	252 alunos
2002	663 alunos
2003	998 alunos
2004	1121 alunos
2005	1177 alunos
2006	793 alunos



DATA	EJA – Educação de Jovens e Adultos
Total	5.279 alunos

Fonte: Censo Escolar 2000 -2006

Observa-se um aumento considerável no número de alunos nesta modalidade educativa nos últimos anos. No entanto, ainda hoje, muitos jovens e adultos não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola, ou seja, não têm acesso a um sistema de educação que os acolha.

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado problemas de exclusão social que se reflete nos sistemas educacionais. No final do século XIX, a maioria da população era analfabeta. As contradições sociais e políticas do país consolidavam-se no modelo agrário-comercial adotado, restringindo a educação à elite (PAIVA, 1973).

A partir da década de 30, é exigida do Estado a responsabilidade sobre a Educação de Jovens e Adultos, associada ao início da industrialização e à aceleração da urbanização brasileira. As novas idéias em educação rompem com o sentido elitista e reconhecem que todos os indivíduos têm o direito de ser educados, independente das razões econômicas e sociais. Frente a isto, o governo federal determina o correspondente a 25% de auxílio, segundo o Decreto Nº 18.513/45, na aplicação da educação primária de adolescentes e adultos analfabetos. Efetivamente, somente em 1947, ocorre a instalação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), influenciando estados e municípios a implantarem ações de EJA.

Na década de 50, surgem as Campanhas da Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, da Educação Rural (1952), da Erradicação do Analfabetismo (1958), reduzindo para 46,7% os índices de analfabetismo. Há nesse período expansão significativa da rede escolar.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei Nº 4.024/61, o ensino primário passou a ser obrigatório a partir dos sete anos, e





para os que iniciarem após essa idade foram criados os cursos supletivos, determinando que aos maiores de 16 anos, fosse permitida a obtenção de conclusão do curso ginásial mediante a prestação de “exames de madureza”<sup>2</sup> e, aos maiores de 19 anos, a obtenção do certificado de conclusão de curso colegial.

Historicamente, várias tendências definem diferentes perspectivas na EJA: até os anos 40, esta modalidade de ensino é uma extensão da educação formal, de forma compensatória e complementar; nos anos 50, é vista como educação de base, como desenvolvimento comunitário; nos anos 60, como educação libertadora, conscientizadora, bem como educação funcional, aquela que prepara mão-de-obra produtiva.

Após 1964, surgem iniciativas para combater o analfabetismo no Brasil: o MOBREAL em 1967 e a implantação do Ensino Supletivo em 1971, definido na LDBEN Nº 5692/71, que se destina a suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído na idade própria, incorporando da idéia da aceleração escolar. Essa estrutura estabelece controle conservador e centralizador, tratando como suplência a Educação de Jovens e Adultos, sob o viés tecnicista que configura a estrutura e o funcionamento do sistema educacional da época.

A partir de 1985, período de redemocratização das relações sociais e das instituições políticas do país, legitima-se o campo educacional e passa-se a discutir a valorização profissional, a verba pública, a escola para todos, junto às instituições públicas e à sociedade civil, como determinantes sociais.

A Constituição de 1988 exige a participação do governo e da sociedade civil na supressão do analfabetismo e com a LDBEN Nº 9394/96 é reafirmado o direito aos jovens e adultos ao ensino básico, adequado às condições peculiares de estudo e definindo a oferta gratuita à EJA. Desde então, a EJA

<sup>2</sup> Exames de Madureza- nome do curso de educação de jovens e adultos e exame final de aprovação do curso – que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB), de 1961.; foi abolida pelo Decreto-Lei nº 709/69. MENEZES, Ebenezer Takuno de; Santos. Dicionário Interativo da educação Brasileira-EducaBrasil.São Paulo:Midiamux Editora, 2002





corresponde a modalidade de educação escolar oferecida no nível de Ensino Fundamental e Médio, com propostas pedagógicas fundamentadas na diversidade de teorias e metodologias, enriquecendo as aprendizagens e os saberes construídos social e culturalmente.

Os princípios da EJA são norteados pelos valores apresentados na Lei Federal nº. 9394/96 (LDBEN), Parecer CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB Nº 1/2000, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O currículo do Ensino Fundamental e Médio na modalidade da EJA está traduzido nos Planos de Estudos específicos adequados às possibilidades e necessidades dos alunos.

A EJA é oferecida no nível da alfabetização (anos iniciais) e anos finais do Ensino Fundamental, configurando uma modalidade de ensino oferecida aos jovens e adultos, na perspectiva da promoção do ser humano, tendo em vista o caráter de utilidade pública da entidade mantenedora. Visa a educação integral de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de ter escolarização regular na idade própria, dando-lhes condições para a aquisição de habilidades e conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Para a EJA, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/01) fixa metas de erradicação do analfabetismo e ampliação da oferta equivalente ao Ensino Fundamental e Médio, de forma a atender a demanda social.

## **6.2 – Diretrizes**

A metodologia e os procedimentos utilizados consideram os diferentes segmentos sociais e culturais, bem como a singularidade de cada sujeito que aprende e que ensina, num processo dinâmico de troca de experiências e saberes.

Segundo Magda Soares (1998):



...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, que um alfabetizado escreva ou se pede que alguém leia avisos e indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (p. 24).

Nesse sentido, a função de oportunizar a educação aos jovens e adultos inseridos na cultura letrada, consiste em uma responsabilidade social simbolicamente importante às instituições públicas de ensino, possibilitando o término do Ensino Fundamental e Médio aos que não tiveram acesso a escola em idade própria.

Sabe-se que atualmente os sujeitos que atuam no mundo do trabalho precisam estar inseridos no mundo do conhecimento, que através da escolarização pode se oficializar. Em Novo Hamburgo, a procura pela escolarização dos jovens e dos adultos têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, indicando que a oferta aos atendimentos necessita de ampliação.

Uma vez que a escola constitui espaço de inclusão social, o universo pedagógico deve contar, além da educação formal, com redes de apoio para tratar casos em que a discriminação contra o gênero, especialmente, o feminino, considerando que o maior número de analfabetos são as mulheres. Desse modo, busca-se promover o desenvolvimento de uma sociedade igualitária em que sejam respeitadas as diferenças individuais.

Cada vez mais as novas tecnologias nos convocam a circular por espaços onde a escrita é instrumento de inclusão social. Vivemos em uma sociedade letrada e a alfabetização consiste num processo que se desenvolve por toda a vida, não se esgotando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entende-se que se faz necessária uma proposta de continuidade da alfabetização durante os anos finais do Ensino Fundamental, possibilitando aos sujeitos a certificação nas Modalidades do Ensino Fundamental e Médio.



Com essa finalidade, a educação em Novo Hamburgo elege como prioridade a implementação de ações, convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais da sociedade para enfrentamento da realidade local, reunindo esforços em uma primeira etapa, no sentido de erradicação do analfabetismo, promovendo a inclusão social de um contingente da população que devido a fatores sócio-econômicos e culturais não tiveram acesso a escola em idade própria, tornando as aprendizagens disponíveis a todos.

### **6.3 – Objetivos e Metas**

- a) Garantir a oferta, em parceria com o Estado e a União, de Educação de Jovens e Adultos, equivalente aos anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental para a população a partir de 15 anos, que não tenha atingido este nível de escolaridade.
- b) Ampliar a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.
- c) Localizar a população analfabeta do município por bairro e/ou locais de trabalho visando programar a oferta para essa população, estabelecendo parcerias com instituições governamentais e não governamentais.
- d) Articular com o Ministério da Educação a garantia de material didático-pedagógico adequado à clientela, para os cursos em nível de Ensino Fundamental.
- e) Aperfeiçoar a proposta pedagógica para os anos iniciais e finais, da Educação de Jovens e Adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais, respeitando as especificidades da clientela e possibilitando o prosseguimento nos estudos.
- f) Articular com instituições profissionalizantes a oferta de cursos de



formação profissional, estabelecendo parcerias com as mesmas ou empresas locais.

- g) Ampliar a oferta de programas que contemplem a prestação de exames para certificação.
- h) Assegurar que os sistemas de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores, habilitados para o exercício do magistério no Ensino Fundamental e Médio.
- i) Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a Educação de Jovens e Adultos.
- j) Apoiar a expansão da oferta de programas de educação à distância na modalidade de EJA, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.
- k) Manter e ampliar, em regime de colaboração com o Estado e a União, na unidade prisional e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de EJA, de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional.
- l) Incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos.
- m) Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecerem cursos dirigidos à terceira idade.
- n) Realizar no sistema de ensino, a avaliação e divulgação dos resultados dos programas de EJA, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano.
- o) Articular as políticas de EJA com as de geração de emprego e renda.



- p) Incentivar empresas na criação de programas permanentes de EJA para os seus trabalhadores, assim como de condições para a recepção de programas de teleducação.
- q) Articular as políticas de EJA com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.
- r) Observar, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, as metas estabelecidas para o Ensino Fundamental, formação dos professores, educação à distância, financiamento e gestão, educação tecnológica, formação profissional, educação indígena e Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros no currículo das escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio.
- s) Ampliar e aperfeiçoar as ações curriculares em relação à valorização e preservação da vida.

Ampliar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular: que ela prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências, conhecimentos e saberes dos alunos, possibilitando novas aprendizagens.

## **7 – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **7.1 – Caracterização e Diagnóstico**



A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades educacionais especiais - NEE receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 108, III), legitimando a acessibilidade destes sujeitos aos espaços escolares.

Entretanto, as políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Estas possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade para todos, independente da necessidade especial, seja deficiência visual, auditiva, física, mental, deficiências múltiplas, distúrbios de conduta ou altas habilidades.

**Tabela 27: alunos incluídos - 2006**

REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PRIVADA
64	643	79

Fonte: Censo Escolar 2006

A Educação Especial objetiva oferecer o atendimento necessário ao aluno com NEE a partir de suas necessidades específicas, garantindo a sua aprendizagem, procurando possibilitar o respeito à singularidade de cada sujeito e a valorização de suas potencialidades no que se refere ao processo de ensino aprendizagem.

O grande número de alunos com NEE matriculados nas escolas do município de Novo Hamburgo desafia a considerar a heterogeneidade no contexto escolar e refletir sobre as problemáticas encontradas para atendimento desta demanda, tais como: limitações referentes a recursos humanos, número e formação dos profissionais, adaptações dos espaços escolares e de materiais adequados às necessidades dos alunos, serviços de apoio, entre outras questões.



Considerando a realidade acima apresentada e as definições legais apresentadas na LDB 9394/96, Res. CNE/CEB nº 2/2001, Par CNE/CEB nº 17/2001, faz-se necessária uma constante reflexão, estudo e discussão sobre a educação, prioritariamente no que se refere à Educação Especial, objetivando construir uma política de inclusão escolar nas escolas da Rede Privada e Pública do município.

Os sujeitos com deficiência ou com dificuldades graves no processo de aprendizagem, por muito tempo, ficaram alheios aos espaços formais de educação. A partir do movimento da inclusão escolar e das orientações legais visando garantir que estes sujeitos possam ser inseridos na escola comum, exige-se um redimensionamento dos espaços escolares e das práticas até então desenvolvidas tanto na escola comum como na escola especial.

Os alunos aqui referidos convocam a escola a ser repensada, não se restringindo apenas a aprendizagem formal de conhecimentos previamente determinados, e sim, como espaço educativo no que se refere ao processo de aprendizagem, a construção de novos saberes e a conquista de um convívio social saudável.

Diante do contexto atual, há necessidade da busca de maiores possibilidades para a construção e a implantação de políticas públicas que sustentem a proposta de inclusão escolar.

Algumas dificuldades ainda encontradas se referem à adaptação dos espaços físicos, à ampliação dos serviços de apoio, recursos humanos para auxiliar nas turmas de alunos com NEE, à redução do número de alunos nas turmas, bem como à formação permanente dos professores. No mesmo sentido, detecta-se ainda como incipiente o investimento no que se refere à inserção dos alunos adolescentes, tanto no mercado de trabalho como nos demais espaços sociais. Apesar dos avanços observados, muito ainda se tem





a fazer com o objetivo de efetivar a proposta de educação inclusiva a partir deste paradigma.

Segundo Romero, (1998), o alinhamento das propostas brasileiras com a tendência da chamada escola inclusiva e das necessidades especiais favorece mais a linha da “educação + escola comum” do que a da “assistência social + instituição especializada”, para a ampla maioria dos alunos potenciais”. Para o autor, um dos desafios para os sistemas estaduais e municipais de ensino parece estar na necessidade de assumir uma parte significativa dos alunos hoje dependentes das instituições e também aqueles que ainda não têm acesso a qualquer serviço educacional. Esta necessidade está colocada para esses sistemas a partir da reavaliação ou mesmo desativação dos serviços de ensino especial.

## **7.2 – Diretrizes**

A Educação Especial figura na política educacional brasileira desde o final da década de 50 e sua situação decorre de todo um percurso estabelecido por diversos planos nacionais de Educação que marcaram os rumos traçados para o atendimento escolar de alunos com deficiência. É entendida como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam aos alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação oferecida nas classes comuns.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu Artigo 58º, define a Educação Especial como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais”. Apesar de definir um espaço para esta modalidade de educação, não menciona seus aspectos





avaliativos, contribuindo para gerar uma série de formulações e questionamentos sobre como avaliar e encaminhar os alunos submetidos à esta modalidade.

Segundo a lei 9394/96:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

No que se refere ao atendimento destes alunos, a lei entende que este “será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”, havendo, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela.

Neste sentido, a Educação Especial objetiva oferecer o atendimento necessário ao aluno com NEE a partir de suas necessidades específicas, garantindo a sua aprendizagem e possibilitando o respeito à singularidade de cada sujeito e a valorização de suas potencialidades no que se refere à formação integral.

As práticas pedagógicas devem ser planejadas a partir das necessidades educacionais que emergem do contexto social e cultural dos educandos, levando em conta a prática social como ponto de chegada e ponto de partida.

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340 72  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)



Sendo a educação um processo permanente de desenvolvimento e aprendizagem, implica no estabelecimento de vínculos com os quais o sujeito interage, construindo conhecimentos e saberes compatíveis com valores comprometidos com o desenvolvimento humano, social e ambiental.

Os profissionais da educação devem realizar a análise de aspectos fundamentais para uma proposta possível de educação inclusiva, sentindo-se convocados pela própria realidade escolar a ressignificar os seus saberes. Há necessidade de reflexão e problematização de questões relativas à prática docente no espaço escolar, tendo em vista que não são somente as leis que garantem o acesso e permanência de pessoas com NEE em classes comuns do ensino regular, mas os próprios profissionais que gradativamente se organizam e reinventam o espaço escolar, em um esforço pessoal e coletivo.

Neste sentido, além do investimento na formação do professor, faz-se necessária uma construção coletiva que amplie as discussões para toda a comunidade escolar a respeito do processo de inclusão, de modo que todos comprometam-se, visto que uma sociedade inclusiva passa necessariamente pelo redimensionamento da educação.

As ações no campo das políticas públicas devem ser planejadas tendo em vista referenciais simbólicos que permitam o estabelecimento de relações menos preconceituosas e segregativas. Também devem considerar o respeito à individualidade e às necessidades específicas de cada aluno, pressupondo a adaptação curricular, métodos e práticas avaliativas, que garantam de fato aprendizagem contemplando as potencialidades dos alunos com NEE.

### **7.3 – Objetivos e Metas**

- a) Organizar, em parceria com as áreas da saúde e assistência social, programas destinados a ampliar a oferta de educação precoce



(interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil.

b)Garantir o atendimento educacional às crianças, jovens e adultos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) através da operacionalização de ações em parceria com a rede de atendimento à criança e ao adolescente de Novo Hamburgo.

c)Revisar e adequar os critérios de inclusão de alunos com NEE em classes de ensino regular, por equipe multidisciplinar, com base na legislação vigente.

d)Garantir a inclusão de alunos com NEE no sistema regular de ensino, e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes especiais ou conveniar com escolas especiais.

e)Aperfeiçoar as propostas em execução, de forma a favorecer e apoiar a inclusão dos educandos com NEE em classes comuns, instrumentalizando os professores com recursos técnico-pedagógicos específicos à demanda apresentada pelos alunos, com a oferta de salas de recursos e alternativas pedagógicas.

f)Fortalecer o acompanhamento às crianças, adolescentes e adultos com NEE, de modo a promover encaminhamentos para as instituições especializadas quando necessário.

g)Oferecer cursos sobre o atendimento pedagógico a alunos com NEE para professores em exercício em todos níveis e modalidades de ensino, em convênios com as agências formadoras, como parte dos programas de formação em serviço.

h)Ampliar a oferta de livros didáticos falados, em braile e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e com baixa visão de todos os níveis e modalidades de ensino, de modo que em três



anos os alunos que necessitem dessa adaptação tenham acesso a ela.

i) Possibilitar que as instituições de ensino possam se articular com iniciativas de ensino profissionalizante e/ou técnico, devidamente autorizadas pelo órgão competente para a oferta de formação profissional, através de cursos regulares e livres.

## **8 – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

### **8.1 – Caracterização e Diagnóstico**

A efetiva qualidade da educação está vinculada a diversos fatores. Certamente o mais significativo deles relaciona-se a competência e ao preparo dos profissionais do Magistério. Educadores com uma sólida formação, atualizados, dignamente remunerados e motivados, constituem elemento fundamental para uma educação de qualidade.

De acordo com a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional:

Art. 61: A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.



Ainda com base na legislação vigente, no Art. 62: a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A valorização dos profissionais da educação é de responsabilidade dos sistemas de ensino, que a promoverão nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério, segundo o Art. 67 da LDBEN 9394/96 e seus incisos e parágrafo único.

Embora neste momento ainda não tenha sido nosso foco levantar dados sobre a formação da Equipe Pedagógica e Administrativa, entendemos que a formação dos profissionais deverá contemplar o conjunto de pessoas que atuam nos espaços educacionais. O Art. 64 da LDB versa que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Nesta perspectiva, uma equipe preparada para a gestão da escola deverá traduzir idéias e estabelecer consenso, desenvolvendo importante papel ao assumir a busca pela articulação entre os diferentes elementos que compõem a equipe de trabalho.

Segundo Lück (1996), o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Esta percepção parte do pressuposto de que o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva.



Com a finalidade de fazer um levantamento sobre a formação dos professores que atuam nas três redes de ensino do município de Novo Hamburgo, buscamos, através dos dados fornecidos pela 2ª CRE e pela SMED de NH, informações sobre o quadro de professores e suas respectivas formações nas escolas das três redes de ensino: Estadual, Municipal e Particular. Pretendeu-se verificar, de forma pontual, o nível de formação dos professores que atuam nas três redes de ensino, conforme quadro abaixo.

**Tabela 29 - professores por nível de formação na cidade de NH**

<b>Formação</b>	<b>Redes</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Particular</b>
		<b>( % )</b>	<b>(%)</b>	<b>(%)</b>
Magistério		16,7%	14,4%	18,3%
Magistério e Adicionais		28,4%	25,4%	6,0%
Licenciatura Curta ou Bacharelado		2,3%	4,5%	4,6%
Licenciatura Plena		27,7%	55,7%	71,1%
Especialização/Mestrado/Doutorado		24,9%	*	*
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: 2ª CRE-SL e SMED – NH (março/2007)

- Dados não levantados

Analisando a tabela acima, constata-se que, na rede municipal de ensino, a maior concentração está na formação do Magistério com Estudos Adicionais. Na rede estadual e privada o maior índice de formação concentra-se em Licenciatura Plena.

## **8.2 – Diretrizes**

A melhoria da qualidade do ensino somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério por meio de uma política global que implica:



- a formação profissional inicial que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- a formação continuada dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo para atender especificidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

A qualidade da educação depende de vários fatores. Entre eles o mais significativo está relacionado à atuação dos profissionais do magistério. Professores qualificados, atualizados, com valorização e remuneração dignas são, portanto, fundamentais para o sucesso do processo educativo.

Com base nesta premissa seguem alguns princípios desencadeadores de metas e ações que apontam para esta direção:

Uma formação que possibilite o desenvolvimento integral do educador nas dimensões profissional, cidadã e humana, assegurando o acesso ao domínio dos conhecimentos técnicos e acadêmicos e a formação de valores éticos.

Uma proposta de formação continuada que contemple o aprimoramento sobre a cultura numa perspectiva ampla e diversa considerando a dinâmica social.

Jornada de trabalho organizada e adequada de modo a atender as demandas dos alunos e possibilitar o espaço de reflexão necessário para a qualificação das práticas pedagógicas

A valorização dos profissionais da educação, traduzida também por um plano de carreira coerente e adequado ao seu nível de formação e desempenho.





Um compromisso pessoal do professor com a melhoria da qualidade de ensino, em consonância com o Plano Metas Todos pela Educação.

### **8.3 – Objetivos e Metas**

- a) Estabelecer e ampliar, anualmente, parcerias com instituições de ensino superior, buscando estimular os professores com formação em nível médio a se aperfeiçoarem habilitando-se em nível superior.
- b) Promover a participação dos profissionais que atuam em Educação Infantil e que não tenham a habilitação mínima exigida por lei, em cursos de habilitação específica.
- c) Garantir a implementação ou revisão do Plano de Carreira do Magistério, em conformidade com a Resolução nº 03/97 da CEB/CNE e com a Lei nº 9394/97.
- d) Promover formação continuada dos professores, buscando qualificar o trabalho pedagógico dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- e) Garantir de forma mais efetiva, a participação dos profissionais da educação em diferentes espaços de formação cultural.
- f) Garantir, de forma continuada, aos profissionais da educação, espaço para pesquisa e socialização de inovações pedagógicas e tecnológicas.
- g) Qualificar a participação dos profissionais da educação na gestão da escola.
- h) Articular intercâmbio de formações entre os professores das escolas e instituições não-governamentais.
- i) Promover formação para os educadores sociais de rua e agentes comunitários de educação.





- j) Prover e qualificar os profissionais de educação não docentes para o desenvolvimento do seu trabalho, devendo as mantenedoras proporcionar os meios de ascensão e enquadramento profissional, conforme a aprovação do seu plano de carreira ou a legislação vigente.
- k) Proporcionar suporte aos docentes e demais profissionais do quadro de apoio escolar, de modo a oferecer condições de trabalho adequadas.
- l) Promover, em ação conjunta com as instituições formadoras em nível médio e superior, a avaliação periódica da qualidade de atuação dos profissionais do Magistério, como subsídio para definição de novas propostas curriculares, baseando-se nas demandas existentes.
- m) Prover acompanhamento pedagógico às escolas por profissionais habilitados.



## **9 – FINANCIAMENTO E GESTÃO**

### **9.1 – Caracterização e Diagnóstico**

O Estado, para proteger e promover os direitos fundamentais, prevê financiamentos decorrentes da arrecadação pública para o atendimento das necessidades públicas. Suas ações têm como vertentes a receita e a despesa, que são direcionadas pelo Plano Plurianual e pelas Diretrizes orçamentárias.

O exercício das atividades financeiras do Estado pode se dar em caráter supletivo ou complementar para a manutenção e proteção dos direitos fundamentais da pessoa consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil.

A educação, considerada um direito social, ou seja, um direito de todos e um dever do Estado e da família, será incentivada com a colaboração da sociedade.

São observadas, na execução orçamentária, as vinculações dos recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O capítulo três da Constituição Federal define as fontes, os tipos e percentuais de recursos indispensáveis para os serviços educacionais de responsabilidade do Estado, nos termos do Art. 208.

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205, CF), devendo ser assegurada, “com absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (art. 227, caput, CF), pela família, pelo Estado e pela comunidade.



A área de atuação prioritária dos municípios é a Educação Infantil e Ensino Fundamental e a dos Estados é o Ensino Fundamental e Médio.

A Emenda Constitucional nº 14/1996, definiu critérios de distribuição e utilização dos recursos destinados à Educação, denominado como Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. A Lei Federal Nº 9.424/96 regulamentou a redistribuição dos recursos, sendo implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998.

O estímulo à universalização do ensino com alocação de recursos segundo o número de matrículas no Ensino Fundamental obrigatório, iniciou com o FUNDEF, em 1996. Buscou-se a equidade com valor mínimo por aluno e um padrão mínimo de qualidade (art. 211, 1º, CF e art. 60, 4º, ADCT), com “a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem” (art. 4º, IX, LDB).

Para que a gestão seja eficiente há que se promover a divisão de responsabilidades entre Estado e Município no Ensino Fundamental, bem como somar esforços com a família e a comunidade, cuja participação é indispensável para o sucesso escolar.

A Emenda Constitucional nº 53/2006, de 19 de dezembro de 2006 alterou os critérios de composição e distribuição de recursos estendendo sua ação para toda a educação básica, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. A Medida Provisória nº 339/2006 está sendo discutida a ser transformada em lei e implantada de forma gradual até o ano de 2009.

Até 2006, os recursos do FUNDEF constituíam-se de 15% de impostos e transferências constitucionais. A composição do FUNDEB ampliou para 20% de impostos e transferências constitucionais dos recursos para a educação básica que compreende Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Médio, com diferentes percentuais de distribuição também para as modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Estudos fundamentados no Censo escolar e no Decreto nº 6901 de 24 de abril de 2007, indicam que a matrícula do Ensino Médio é maior que a matrícula da Educação Infantil. Por consequência, os municípios contribuirão para o financiamento do Ensino Médio.

A União complementarará os Fundos Estaduais quando o valor anual estimado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. De acordo como o Decreto Nº 6901/07 que define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB para o exercício de 2007, o valor anual mínimo nacional por aluno é de R\$ 946,29. Sendo que no Rio Grande do Sul o padrão é R\$ 1.574,75.

Sendo assim, o RS não receberá complementação da União, nos próximos anos.

Certamente a distribuição dos recursos do FUNDEB terá reflexos expressivos em 2009, quando o FUNDEB atingirá a totalidade da sua implementação.

O Total de receitas no Estado RS/2005 foi de R\$ 10.073.376.378. A contribuição do FUNDEF foi R\$ 1.448.005.856,72 e o retorno foi R\$ 1.174.187.841,97, sendo que R\$ 273.818.014,75 foi o recurso repassado aos municípios.

Por outro lado, com o FUNDEB a contribuição do Estado do RS ao fundo será de R\$ 2.014.675.275,63 e o retorno será R\$ 1.898.813.449,90, sendo que o retorno aos municípios será de R\$ 115.861.825,73, o que implica que os municípios deixarão de receber R\$ 157.946.189,02, de acordo com cálculos da Confederação Nacional dos Municípios - CNM de agosto de 2006.

Conforme estudos desenvolvidos pela Federação de Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, em Novo Hamburgo, no ano de 2006, a contribuição ao FUNDEF foi de R\$ 11.712.097,69 e retorno foi de R\$

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)

83



31.363.911,07 com resultado positivo de R\$ 19.651.813,38. Com a nova configuração de distribuição de recursos, implantada pelo FUNDEB, a contribuição de N.H., prevista para 2007, é de R\$ 15.631.734,62 e o retorno de R\$ 36.435.412,21.

Na Rede Municipal de Ensino o custo aluno/ano de 2006 foi de R\$ 2.235,00 (dois mil, duzentos e trinta e cinco reais). De acordo com pesquisa no orçamento da Secretaria Estadual da Fazenda, exercício 2006, o a despesa aluno/ano foi de R\$ 1389,33 (um mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos). O custo aluno/ano da Rede Privada, com base em informações das escolas é de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) na Educação Infantil e de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) no Ensino Fundamental.

**Tabela 30: Estudo Comparativo entre FUNDEF 2006 x FUNDEB 2007**

<b>FUNDEB</b>	<b>Coeficientes 2007</b>	0,013243733317
	<b>Contribui 2007</b>	15.631.734,62
	<b>Recebe 2007</b>	36.435.414,21
	<b>Resultado 2007</b>	20.803.679,59
<b>FUNDEF</b>	<b>Coeficientes 2006</b>	0,013642597568
	<b>Contribui 2006</b>	11.712.097,69
	<b>Recebe 2006</b>	31.363.911,07
	<b>Resultado 2006</b>	19.651.813,38
<b>Diferença 2007-2006</b>		1.151.866,21

Fonte: Famurs/ maio de 2007

A “gestão democrática no ensino público” (art. 206, VI, CF), efetivar-se-á através do Controle Social realizado pelo Conselho Municipal de Educação com representatividade de diversos segmentos educacionais com competência técnica, além do Conselho do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar.

**Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo:** Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, 4201- Canudos – Novo Hamburgo – RS – CEP: 93410-340  
Fone: (51) 3594.9999 – [pmnh@novohamburgo.rs.gov.br](mailto:pmnh@novohamburgo.rs.gov.br) - [www.novohamburgo.rs.gov.br](http://www.novohamburgo.rs.gov.br)



## 9.2 – Diretrizes

O PNE traz como diretriz que o financiamento é requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988 determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205,CF), devendo ser assegurada "com absoluta prioridade" à criança e ao adolescente (art. 227, *caput*, CF) pela família, pelo Estado e pela sociedade. Desse modo, financiar a educação é constituir um direito assegurado em lei. O PNE trata o financiamento da educação "não como um problema econômico, mas como uma questão de cidadania".

A aplicação dos recursos não podem restringir-se apenas ao cumprimento do que a lei determina, mas atender as necessidades relacionadas à melhoria da qualidade do ensino, visando a equidade. A equidade refere-se não só aos sistemas, mas aos alunos em cada escola. Assim, a distribuição dos fundos educacionais não devem privilegiar gastos maiores com algumas escolas em detrimento das escolas dos bairros pobres. A LDB preceitua que aos Municípios cabe exercer a função redistributiva com relação a suas escolas.

Outra diretriz é obter a adequação da aprendizagem a um padrão mínimo de qualidade (art. 211,§ 1º, CF e art. 60,§ 4º, ADCT), definido em termos precisos na LDB (art.4º, IX) como "a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem".

Observe-se a propósito que a Educação é uma responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão. Nesse caso, as mantenedoras devem se articular com outros ministérios (ou secretarias),



reunindo competências seja em termos de apoio técnico ou recursos financeiros, em áreas de atuação comum.

É importante o aprimoramento contínuo do regime de colaboração, sobretudo entre a rede municipal e estadual de ensino, mas também entre entes da esfera municipal.

É fundamental haver ampliação da carga horária diária de permanência do aluno em atividades de enriquecimento curricular de acordo com as possibilidades estruturais e financeiras.

Na distribuição e gestão dos recursos financeiros é importante a transparência, necessitando de órgãos de gestão nos sistemas de ensino e os órgãos de controle social, como os Conselhos.

A implantação dos sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticas sobre a educação da cidade, é de suma importância para que cada rede de ensino organize sua base.

Destaca-se como também necessário o exercício de autonomia de cada sistema de ensino, em nível de gestão, na forma de Conselhos que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais, em nível das unidades escolares para compor as representatividades.

### **9.3 – Objetivos e Metas**

- a) Assegurar o cumprimento do art. 212 da CF, quanto a percentuais orçamentários aplicados em educação e dos Arts. 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (mínimo 25% nas redes





públicas), que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica.

b) Aperfeiçoar o regime de colaboração entre o Estado e o Município, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e das metas do Plano Nacional de Educação.

c) Aperfeiçoar o regime de colaboração com a administração estadual, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais de cada esfera administrativa na oferta do Ensino Fundamental obrigatório e de qualidade, a todas as crianças, jovens e adultos.

d) Consolidar padrão de gestão com a destinação de recursos para atividades-fim, manutenção dos prédios e aquisição de material didático pedagógico, com foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

e) Garantir a operacionalização das ações do Sistema Municipal de Ensino de acordo com a legislação vigente.

f) Incrementar a gestão democrática do ensino público com a efetiva participação da comunidade escolar.

g) Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas através da participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica.

h) Promover o repasse de recursos próprios diretamente às escolas públicas, mediante critérios objetivos, para despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica.

i) Integrar com as agências formadoras o desenvolvimento de cursos de formação continuada dos profissionais que atuam com gestão escolar.

j) Revisar, avaliar e ampliar o funcionamento dos projetos transdisciplinares de enriquecimento curricular (informática, meio



ambiente, trânsito, música, esportes, teatro, etc) e adequá-los aos critérios de equidade e possibilidades orçamentárias.

k) Prover condições de operacionalização das propostas pedagógicas das escolas, com equidade para cada rede de ensino.

l) Garantir transporte escolar rural e alimentação adequada, na rede pública, mediante convênio entre as partes co-responsáveis.

m) Articular com a União a melhoria da oferta de livros didáticos, literatura e paradidáticos, adequados e de qualidade.

n) Promover avaliação do desempenho das escolas, levando em conta indicadores relevantes, em articulação com o Estado e União.

o) Divulgar para a comunidade as ações previstas neste plano, no que se refere aos objetivos e metas, para efetivo acompanhamento da sociedade quanto ao cumprimento dos mesmos.

p) Possibilitar ampliação da carga-horária de permanência diária na escola, com atividades de enriquecimento curricular, com profissionais e estruturas físicas necessárias, firmando parcerias entre as redes de ensino e outras secretarias e entidades.

## **10 – ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO**

O detalhamento das ações propostas nos diversos Programas de Financiamento e Gestão, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Ensino Médio, Profissionais da Educação, com definição de metas anuais (clientela a ser atingida, escolas, período de



execução, recursos humanos, materiais e financeiros necessários), será possível, a partir da elaboração compartilhada da proposta orçamentária anual.

A sistematização do processo de acompanhamento, controle e avaliação, buscando obter dados e informações objetivas, claras e seguras, é necessária para a realimentação do planejamento e implementação de ações alternativas adequando e/ou redirecionando metas para a consecução da proposta política pedagógica consolidando o acesso, regresso, permanência com sucesso de todas as crianças e jovens em escola de qualidade.

Os relatórios parciais de Projetos, Atividades ou Programas, bem como os relatórios anuais globais, consolidarão a síntese dos resultados e fundamentarão a elaboração de novos Planos e/ou Projetos.

O compromisso com a qualidade do ensino vai se consolidando a cada ano entre professor/aluno, escola/comunidade, na construção de um mundo um pouco mais humano, reconhecendo em cada pessoa, o principal agente de sua própria história.

Periodicamente podem e devem ser usados instrumentos escritos para avaliar o plano, envolvendo diferentes segmentos sociais, especialmente os mais comprometidos com o processo educativo.

Esta análise conjunta reorientará decisões técnico-pedagógicas e administrativas, fortalecendo o processo de planejamento participativo e enriquecendo a administração educacional.

É necessário articular e comprometer a sociedade civil na avaliação contínua e sistemática, de modo que a mesma esteja organizada através de Conselhos e/ou entidades, interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente no Município.

O resultado desta reflexão sobre as ações em desenvolvimento deverá refletir no processo de gestão da educação no Município, para que a implementação seja adequada às reais e sempre atualizadas necessidades e



possibilidades existentes a cada ano, concretizando o Plano Nacional de Educação e as demais determinações legais.

## **11 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. AZEVEDO, Janete M. L. A Educação como Política Pública: polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Saraiva, 2004.
3. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. N° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DOU, de 23/12/96
4. BRASIL. Lei n° 9424, de 24 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Brasília, 1996.
5. BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, Aprova o Plano Nacional de Educação, Brasília, DOU, de 10/02/2001.
6. BRASIL- FUNDEB



7. BRASIL - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Crianças e Adolescentes – Indicadores Sociais, vol. 2 e 3, Rio de Janeiro, 1989.
8. BRASIL. Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
9. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação Para Todos. 1993-2003. Brasília, MEC, 1993.
10. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Estratégias de Mobilização Educação para Todos/Todos pela Educação. Brasília, MEC/UNICEF, 1994.
11. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC, SEF, 1997.
12. BRASIL. Resolução CEB nº 03/97. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, 1997.
13. BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 16/1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, 1999.
14. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM II e III. Guia de Consulta – Brasília – FUNDESCOLA – MEC – UNICEF – UNDIME, 1999 e 2001.
15. BRASIL. MEC. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 que institui o Plano Metas Todos pela Educação.
16. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.
17. RIO GRANDE DO SUL. Plano Estadual de Educação. Versão preliminar.
18. ROMÃO, José E. Poder Local e Educação. São Paulo, Cortez, 1992.
19. VOLKMANN. Elzira Colossi. Esboço Preliminar para construção do Plano Municipal de Educação (mimeo), 2005.
20. WITTMANN, Lauro Carlos e CARDOSO, Jarbas José. Gestão Compartilhada na Escola Pública: o especialista na construção do saber fazer saber, Florianópolis: AAESC – ANPAE/SUL, 1993.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Desporto – SMED

NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



## 12-ANEXO



Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Educação  
Departamento de Planejamento  
Divisão de Informática

### Matrícula Inicial por Etapas e/ou Modalidades de Ensino - RS 2006

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional *	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Estadual	173	54.380	748.501	396.815	26.457	5.056	138.070	1.369.452
Federal	48	65	1.307	5.113	7.295	0	52	13.880
Municipal	45.784	85.826	761.960	6.684	1.776	3.736	42.616	948.382
Particular	29.213	48.736	133.884	54.798	42.330	17.664	25.455	352.080
<b>Total</b>	<b>75.218</b>	<b>189.007</b>	<b>1.645.652</b>	<b>463.410</b>	<b>77.858</b>	<b>26.456</b>	<b>206.193</b>	<b>2.683.794</b>

Fonte: MEC/INEP/SIED - Censo Escolar 2006

Nota: - \* Curso Técnico de Nível Médio

- A Matrícula Inicial do Curso Normal está incluída no Ensino Médio

- Ensino Fundamental (8 e 9 anos)